Lei nº 14

Dispõe sobre o Codigo de Posturas Municipais.

A Camara Municipal de Pedralva decretai e eu sanciono a seguinte lei:

Parte Primeira

Das Posturas em Geral

Titulo I

Da competencia e das penalidades

art. 1º - Este Codigo contem as medidas de Policia administrativa a cargo do municipio, estabelecendo as necessárias relações entre o poder publico local e os munícipes.

Art. 2º - Ao Prefeito e, em Geral, aos funcionários ou servidores municipais incumbe velar pela observância dos preceitos deste código.

Capitulo I

Das infrações e das penas

Art. 3º - Constitui contravenção ou infração todo procedimento ou omissão contrários as disposições deste Código, ou de outras leis, decretos, resoluções e atos emanados do governo municipal.

Art. 4º - Será considerado infrator ou contraventor todo aquêle que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração ou contravenção.

Art. 5º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observado o limite máximo da lei.

Art. 6º - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

Art. 7º - Nas reincidencias, as multas serão cominadas ao dôbro, não podendo, porém, exceder o limite legal.

Parágrafo único - Reincidente é o que violar preceito dêste Código por cuja infração já tiver sido autoado e punido.

Art. 8º - Na imposição da multa, e para graduá-la, terse-á em vista:

a) a maior ou menor gravidade da infração;

b) as suas circunstâncias, atenuantes ou agravantes;

c) os antecedentes do infrator, com relação ás disposições deste Código.

Art. 9º - As penalidades a que se refere êste Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração.

Art. 10 - A infração de qualquer disposição para o qual não haja penalidade expressamente estabelecida neste Código, será punida com multa de 10 a 500 cruzeiros, variável segundo a gravidade da infração.

Art. 11 - Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao almoxarifado da Prefeitura; quando a isto não se prestarem os objetos, ou a apreensão se realizar

fora da cidade, poderão ser depositados em mãos de terceiros, observadas as formalidades legais.

Parágrafo Único - Pelo depósito serão abonadas ao depositários as percentagens constantes do Regimento de Custas do Estado, pagas pelo infrator antes do levantamento do depósito.

Art. 12 - Não são diretamente passiveis das penas difinidas neste capitulo:

a) sôbre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

b) sôbre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;

c) sôbre aquêle que der causa à contravenção forçada.

Art. 13 - Sempre que a contravenção fôr praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

a) sôbre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

b) sôbre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;

c) sôbre aquêle que der causa a contravenção forçada.

## Capitulo II

## Dos autos de infração

Art. 14 - São autoridades para lavrar autos de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo prefeito.

Art. 15 - É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas o Prefeito ou seu substituto legal, êste quando em exercicio.

Art. 16 - Dará também motivo à lavratura do auto de infração qualquer violação ou tentativa de violação das normas dêste Código, que fôr levada ao conhecimento do Prefeito por qualquer servidor municipal ou qualquer cidadão que a presenciar, devendo a communicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Unico - Recebendo tal communicação, o Prefeito ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 17 – Os autos de infração obedecerão a modelos especiais, podendo ser impressos, no que toca às palavras invariáveis, preenchendo-se à mão os claros. Do auto constarão, obrigatoriamente:

a) o nome do infrator, sua profissão, idade e estado civil;

b) designação do local onde se verificou a infração;

c) natureza da infração e todos os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante para a ação;

d) o dispositivo violado.

§ 1º – Assinarão o auto o autuante, o infrator e, pelo menos, duas testemunhas capazes.

§ 2º – Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa testemunhada, fazendo-se por escrito a observação, e assinando as testemunhas do fato.

§ 3º – Também no caso de recusarem as testemunhas a assinar, a recusa será tomada por têrmo, cabendo ao autuante os elementos de prova suficientes à abertura do processo de execução.

## Capítulo III

### Do processo de execução

Art. 18 – Processado o auto de infração, será êste submetido ao Prefeito, para que o confirme e imponha a multa prevista neste Código.

Art. 19 – Quando ocorrer a hipótese a que se refere o artigo 17, parágrafo terceiro, o processo de execução será aberto, após a confirmação pelo Prefeito do respectivo auto, mediante a demonstração objetiva de ato ilícito, feita pelo autuante.

Art. 20 – O Prefeito designará um servidor municipal para servir de escrivão no processo.

§ 1º – O escrivão intimará então o infrator para, no prazo de cinco dias, se residir na sede do município, ou de dez dias, se residir fora da sede, efetuar o pagamento da multa ou apresentar a sua defesa.

§ 2º – A intimação ao infrator será feita diretamente por escrito, ou mediante edital publicado na imprensa local ou

afixado em lugar público, na sede do município, assentando-se a ocorrência no processo.

§ 3º - No curso do processo de execução serão, sempre que necessário, ouvidas as testemunhas do fato, as quais serão notificadas a prestar seus depoimentos no prazo que as circunstâncias aconselharem.

§ 4º - A notificação das testemunhas será feita nos têrmos do parágrafo segundo.

Art. 21 - Querendo apresentar sua defesa, o autuado deverá depositar previamente nos cofres municipais a importância correspondente a multa imposta, sem o que a defesa não será recebida.

Art. 22 - Não sendo apresentada defesa no prazo estabelecido no art. 20, § 1º, será o infrator considerado revel, sendo o processo concluso ao Prefeito, para julgamento.

Parágrafo único - Se a decisão fôr contra o infrator, será êste intimado ao recolhimento da multa que lhe fôr imposta no prazo de 5 dias, se residir na sede do município, e de 10 dias, se residir fora da sede; decorrido êsse prazo sem o pagamento, será a multa inscrita como dívida ativa, extraindo-se certidão para se proceder a cobrança executiva.

Art. 23 - Sendo apresentada a defesa, na forma do artigo 21, sôbre a mesma falará o autuante ou o servidor ou cidadão que tiver presenciado o fato e feito a comunicação às autoridades municipais, ouvindo-se, sempre que necessários as testemunhas.

§ 1º - Em seguida, será o processo concluso ao Prefeito, que julgará de seu mérito, firmando a penalidade cabível ou julgando improcedente o auto.

§ 2º - Ao infrator será dado conhecimento, diretamente por escrito, da decisão proferida, que poderá também ser dada á publicidade pela imprensa local ou por editais afixados em lugar público.

§ 3º - Se a decisão proferida confirmar o julgamento preliminar, mantendo as multas, serão estas, já depositadas, recolhidas a receita municipal, pela rubrica própria.

Art. 24 - Quando a pena determinar a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou serviço, será fixado ao infrator o prazo de cinco dias, para início do seu cumprimento, e prazo razoável, para a sua conclusão.

Parágrafo Único - Esgotados os prazos sem que haja o infrator cumprido a obrigação, a Prefeitura providenciará a execução da obra ou serviço, observados as formalidades legais, cabendo ao infrator indenizar o custo da obra, acrescido de 20% a título de administração, prevalecendo para o pagamento o prazo e as condições do art. 22, Parágrafo Único.

# Título II

## Da Venda de Terrenos do Patrimônio Municipal

### Capítulo I

### Da Venda em Geral

Art. 25 - Os terrenos pertencentes ao município e cuja divisão em lotes constar do plano de remodelação e extensão da cidade e das vilas, aprovado na forma da lei, poderão ser vendidos nos termos deste título, salvo aqueles que o plano reservar a finalidades especiais, de interesse público.

Parágrafo único - Enquanto a cidade e as vilas não forem dotadas do plano de remodelação e extensão a que se refere êste artigo, poderão os terrenos de propriedade do município ser vendidos em conformidade com a planta cadastral existente, desde que não sejam necessários ao serviço público, e observadas as disposições deste Código.

Art. 26 - Os terrenos dos logradouros públicos, assim como qualquer imóvel de uso comum do povo, não poderão ser alienados, a não ser que condições particularíssima imponham a medida.

Parágrafo único - A alienação, nesse caso, sòmente

poderá ser efetuada mediante lei especial que retire os imóveis de uso comum do povo, transferindo-os para o domínio privado do município.

Art. 27 – Os lotes a que se refere êste título não terão área inferior a trezentos e sessenta metros quadrados e, tão pouco, frentes inferiores a 12 metros e superiores a 22,50 metros, salvo nas esquinas ou travessas.

Art. 28 – Exceto na hipótese do art. 30, a nenhum interessado se venderá mais de um lote, quer na zona urbana, quer na suburbana.

Art. 29 – O adquirente é obrigado a construir dentro de dois anos. Se neste prazo o não fizer, ficará sujeito à multa anual de dez por cento (10%) sôbre o valor da arrematação, nos primeiros dois anos que se seguirem, e de vinte por cento (20%), nos demais.

Art. 30 – Em se tratando de construções que se destinem a fins industriais, culturais, desportivos ou de beneficência, poderá ser vendida área maior.

§ 1º – Da planta cadastral constarão as zonas reservadas para as construções de que trata o presente artigo.

§ 2º – No caso dêste artigo, o arrematante pagará 40% do preço da arrematação, ao ser lavrado o respectivo auto, e o restante, em dez (10) prestações iguais, no prazo de vinte (20) meses.

§ 3º – Se as construções não forem concluidas findo o prazo de três anos, ficarão os arrematantes sujeitos à multa anual de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos terrenos, de acôrdo com a avaliação da época.

§ 4º – Não se fará a venda de lotes urbanos a emprêsas industriais, quando se trate de estabelecimentos que produzam ruidos molestos, poeiras incômodas, exalações desagradaveis e análogos inconvenientes.

Art. 31 – Em igualdade de condições com os demais licitantes, terão preferência para a compra de lotes situados na zo-

na suburbana, observadas as disposições dos artigos 28 e 35 deste código, os pequenos trabalhadores rurais e operários que preencherem os seguintes requesitos, até a lavratura do auto de arrematação:

a) provarem ser operários ou trabalhadores rurais;

b) terem boa conduta;

c) acharem-se quites com os cofres municipais.

§ 1º - A venda de lotes suburbanos far-se-á com a entrada inicial de vinte por cento (20%), sendo o restante pagável em vinte (20) prestações mensais, iguais, contadas da data da arrematação.

§ 2º - O direito de preferência poderá ser exercido até o momento da assinatura do auto de arrematação, mediante requerimento acompanhado dos documentos comprobatórios das condições enumeradas nas alíneas a, b e c deste artigo.

Art. 32 - A Prefeitura fixará vários tipos de casas econômicas com os necessários requesitos de higiene, e fornecerá o respectivo projeto gratuitamente aos interessados.

Art. 33 - A concessão de que trata o artigo 31 é extensiva a qualquer funcionário público com residência no município.

Art. 34 - As disposições deste código, relativas a venda de lotes, deverão constar da escritura.

## Capitulo II

## Da hasta pública para a venda

Art. 35 - Os lotes só poderão ser vendidos em hasta pública.

Art. 36 - Aprovada pela Prefeitura a relação dos lotes, será a hasta pública anunciada com a antecedência de trinta dias pelo menos, por meio de editais afixados em lugares públicos e divulgados pela imprensa.

Art. 37 - Dos editais deverão constar dia, hora e lugar da praça, relação dos lotes, situação, preço, condições para a construção, existência de benfeitorias indenizáveis, além dos esclarecimentos e exigências que o Prefeito julgar convenientes.

Art. 38 - O valor dos lotes será determinado por dois ava-

liadores nomeados pelo Prefeito, que deverão considerar a extensão da frente, área, condições topográficas e localização, bem como o valor dos lotes visinhos.

Art. 39 - Em dia e hora indicados, sob a presidência do Chefe do Serviço de Fazenda ou de funcionário designado pelo Prefeito, será posta em praça a venda dos lotes, anunciando-se um lote de cada vez, de acôrdo com as formalidades legais, e fazendo-se a venda a quem mais oferecer acima da avaliação.

§ 1º - Qualquer pessoa poderá licitar, por conta própria ou de terceiros, provando mandato, observadas as condições desta lei.

§ 2º - O arrematante pagará, no ato da arrematação, quarenta por cento (40%) do valor do lanço, ficando obrigado a entrar para os cofres municipais com o restante, ao ser lavrada a escritura, sobre o disposto no Parágrafo 2º do art. 30 e parágrafo 1º do art. 31.

§ 3º - O arrematante ou comprador mencionado nos artigos 30 e 31 que tiver tres prestações sucessivas em atraso, será pelo Prefeito notificado, mediante carta registrada com recibo de volta ou entregue a domicilio com recibo no livro próprio, para dentro de (30) trinta dias, contadas da ciências da notificação, regularizar aquelas prestações. Se o não fizer, perderá o direito ao lote.

§ 4º - Finda a praça, será lavrado têrmo do que ocorrer, assinado pelo funcionário que a presidiu e pelos interessados.

## Capitulo III

## Dos lotes edificados

Art. 40 - Tratando-se de lotes em que haja construções ou benfeitorias os compradores ficam obrigados a indenizar os proprietários destas pelo preço da avaliação.

§ 1º - Em igualdade de condições com os demais licitantes os proprietários das benfeitorias terão preferência na compra dos lotes.

§ 2º - O direito de preferência a que se refere o parágrafo anteriores poderá ser exercido até o momento da assinatura do auto de arrematação, mediante requerimento que será ali transcrito.

Art. 41 - A frente dos lotes edificados poderá ter a extensão que abranja benfeitorias nêles construidas.

# Título III
## Da Polícia de Higiene e Saúde
### Capítulo I
### Disposições Gerais

Art. 42 – A polícia sanitária do município tem por finalidade prevenir, corrigir e reprimir os abusos que comprometam a higiene e saúde pública, e velar pela fiel observância das disposições deste título, além de cooperar com as autoridades estaduais na execução do Regulamento de Saúde Pública do Estado e com as autoridades sanitárias federais.

Art. 43 – A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas; da alimentação, incluindo tôdas as casas onde se vendam bebidas, produtos alimentícios, etc.; dos hospitais, necrotérios e cemitérios; e das cocheiras, estábulos e pocilgas.

Art. 44 – Em cada inspeção em que fôr verificada irregularidade apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

### Capítulo II
### Da Higiene das Vias Públicas

Art. 45 – A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Parágrafo Único – O infrator incorrerá na multa de cr$ 20,00 a cr$ 100,00, conforme a gravidade da falta, além da obrigação de reparar o dano causado.

Art. 46 – Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços à sua residência.

Parágrafo único – Ficam os infratores desta disposição sujeitos às multas de cr$ 20,00 a cr$ 50,00 conforme a gravidade da falta.

Art. 47 – Para preservar, de maneira geral, a higiene pública, fica terminantemente proibido:

I – Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;

II - Consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;

III - Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV - Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

V - Aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI - Conduzir para a cidade, vilas ou povoações do município, doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Parágrafo único - Os infratores deste artigo incorrerão em multas de Cr$ 20,00 a Cr$ 100,00, conforme o caso.

Art. 48 - Todo aquele que, por qualquer forma, comprometer a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular, incorrerá na multa de Cr$ 200,00 a Cr$ 500,00, além das sanções penais a que estiver sujeito pela legislação comum.

Art. 49 - O estabelecimento de indústrias que, pela emissão de fumaça, poeiras, odores ou ruídos molestos possam comprometer a salubridade dos centros populosos, só será permitido em áreas predeterminadas no plano de urbanismo da cidade.

## Capítulo III
## Da Higiene das Habitações

Art. 50 - A construção de prédios na cidade e Vilas do Município obedecerá as exigências do Código de Obras e, no que couber, às dos Regulamentos Sanitários;

Art. 51 - As residências urbanas ou suburbanas da cidade deverão ser caiadas e pintadas, de 2 em 2 anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades sanitárias.

Parágrafo - único - Os infratores deste artigo serão punidos com a multa de Cr$ 50,00.

Art - 52 - O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas, metálicas, do tipo aprovado pela Saúde Pública do Estado, providas de

lampas, para ser diariamente removido pelo serviço de limpeza publica.

§ 1º - A remoção do lixo será feita pela Prefeitura.

§ 2º - Não serão considerados como lixo os residuos de fabricas ou oficinas, galhos de arvores, residuos de cocheiras ou estábulos, os quais serão transportados por conta do morador do prédio ou proprietário do estabelecimento.

Art. 53 - Nenhum prédio situado em via pública dotado de rêde de água e esgotos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

Parágrafo único - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'agua, banheiros e privadas em número proporcional ao dos seus moradores, de acôrdo com os regulamentos sanitários.

Art. 54 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, Vilas ou povoados.

Parágrafo único - As providências para escoamento das aguas estagnadas em terrenos particulares competem aos respectivos proprietários, que as executarão dentro do prazo que lhes fôr marcado na intimação, excluindo-se dessa obrigação os pequenos proprietários reconhecidamente pobres, caso em que a Prefeitura executará o Serviço por sua conta.

Art. 55 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em prefeito estado de asseio os seus quintais, pátios, casas e terrenos.

§ 1º - Não e permitidas a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo, nos limites da cidade, das Vilas e povoados.

§ 2º - Os infratores desta disposição terão o prazo de 5 a 10 dias, contado da data de intimação para a necessária correção da irregularidade. Não o fazendo, ficarão sujeitos a multa de cr$ 100,00, além do pagamento das despesas decorrentes da que será feita pela Prefeitura.

Art. 56 - Não serão permitidas, nos limites da cidade, das Vilas e dos povoados, providos de rêde de abastecimento d'agua, a abertura e a conservação de cisternas.

Art. 57 - A Prefeitura Municipal, procurando servir o interêsse público sem sacrificar o particular, adotará medidas convenientes no sentido de extinguir, gradativamente, as residências insalubres.

consideradas como tais as caracterizadas nos regulamentos sanitários e especialmente as:

I - Edificadas sôbre terreno úmido ou alagadiço;

II - Com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados;

III - Em que houver falta de asseio geral no seu interior e dependências;

IV - Com superlotação de moradores;

V - Com porões servindo simultâneamente de habitação para homens e depósito de materiais de fácil decomposição, ou de habitação para homens e animais em promiscuidade;

VI - Que não dispuserem de abastecimento d'água suficiente e as indispensáveis instalações sanitárias.

Art. 58 — Serão vistoriadas pelo funcionário, que para tal fôr designado, as habitações insalubres, a fim de se verificar:

I - aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuar prontamente os reparos devidos, podendo fazê-lo sem desalojá-los;

II — as que, por suas condições higiênicas, estado de conservação ou defeito de construção, não puderem servir de habitação sem grave prejuízo para a segurança e saúde públicas.

§ 1º — Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio em prazo fixado pela Prefeitura, sob pena da multa estabelecida no art. 59, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 2º — Quando não fôr possível a remoção da insalubridade do prédio, devido a natureza do terreno em que estiver construido ou outra causa equivalente, será o predio interditado e definitivamente condenado.

§ 3º — O prédio interditado não poderá ser utilizado para qualquer mister.

Art. 59 - Os infratores dos arts. 56 e 58 incorrerão na multa de cr$ 50,00 a cr$ 500,00, de acôrdo com a gravidade da falta.

## Capitulo IV

## Da Higiene da Alimentação

Art. 60 – A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sôbre a produção, o comércio e o consumo dos gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único – Para os efeitos dêste Código, e de acôrdo com o regulamento de Saúde pública do Estado, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 61 – É proibido vender ou expor á venda, em qualquer época do ano, frutas verdes, podres ou mal amadurecidas, bem como legumes deteriorados, sob pena de multa, apreensão e inutilização dos mesmos.

Art. 62 – Não será permitida a venda de quaisquer gêneros alimentícios deteriorados, falsificados ou nocivos à Saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado á inutilização dos mesmos.

Parágrafo único – Se julgar necessário, o funcionário encarregado da fiscalização solicitará ao Prefeito que requisite a presença da autoridade policial, intimando-se o comerciante para assistir á remoção e inutilização do material apreendido.

Art. 63 – O fabricante de bebidas ou de quaisquer produtos alimentícios que empregar substâncias ou processos nocivos à saúde pública, perderá os produtos fabricados ou em fabricação, os quais serão inutilizados, além de incorrer na multa de cr$ 100,00, a cr$ 500,00. Na reincidência, poderá ser cassada a licença para o funcionamento da Fábrica.

Art. 64 – Á mesma penalidade do artigo anterior está sujeito o fabricante ou comerciante de bebidas ou produtos alimentícios que, por qualquer processo, adulterá-los ou falsificá-los.

Art. 65 – Incorrerá na mesma penalidade do art. 63 o comerciante que, tendo conhecimento da falsificação, vender ou expuser á venda produtos falsificados ou adulterados.

Art. 66 – Os edifícios, utensílios e vasilhames das padarias, hotéis, cafés, restaurantes, confeitarias e demais estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam gêneros alimentícios, serão conservados sempre

com o máximo asseio e higiene, de acôrdo com as exigências do regulamento sanitário do Estado.

Art. 67 — Nos Salões de barbeiros e cabeleireiros todos os utensílios utilizados ou empregados no corte e penteado dos cabelos e da barba deverão ser esterilizados antes de cada aplicação, sendo obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo único — Os oficiais ou empregados usarão, durante o trabalho, blusas brancas apropriadas, rigorosamente limpas.

Art. 68 — Nenhuma licença será concedida para instalação de barbearias, cafés, hotéis, restaurantes, confeitarias e congêneres, sem que os mesmos sejam dotados de aparelhamento de esterilização.

Art. 69 — Os infratores do disposto nos arts. 61, 62, 66 e 67 incorrerão na multa de cr$ 20,00 a cr$ 200,00.

## Título IV

## Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública

Art. 70 — A Prefeitura exercerá, em cooperação com os poderes do Estado, as funções de Polícias de sua competência, regulamentando-as e estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança públicas.

## Capítulo I

## Dos Costumes e da tranquilidade dos habitantes e dos divertimentos Públicos.

### Secção I

### Da moralidade e do Sossego públicos

Art. 71 — Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas, da cidade, vilas e povoados. Poderá ser designado local próprio para banhos ou esportes náuticos, devendo as pessoas que neles tomarem parte apresentarem-se com trajes apropriados e de modo decente.

Parágrafo único — Esta disposição deverá ser observada nos clubes onde existam departamentos náuticos, sob pena de multa estabelecida no art. 75 e cassação de licença de funcionamento.

Art. 72 — As casas de comércio não poderão expor em sua

vitrinas gravuras, livros ou escritos obscenos, sujeitando-se os infratores a multa, sem prejuizo da ação penal cabivel.

Art. 73 – Os proprietários de bares, tavernas e demais estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsaveis pela bôa ordem, dos mesmos.

Parágrafo único – Os desordens porventura verificadas nos referidos estabelecimentos sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento, nas reincidências.

Art. 74 – É expressamente proibido, sob pena de multa:

I – Perturbar o sossêgo público com ruidos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

a) os de motores de explosão desprovidos de abafadores ou com êstes em mau estado de funcionamento;

b) os de buzinas, clarins, timpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

c) a propaganda realizada com altos falantes, bandas de musica, tambores, cornetas, fanfarras, etc., sem prévia licença da Prefeitura;

d) os morteiros, bombas, bombinhas e demais fogos ruidosos, sem licença da Prefeitura;

e) os produzidos por armas de fogo;

f.) apitos ou silvos de sereias de fábricas, máquinas, cinemas, etc., por mais de 30 segundos ou depois das 22 horas;

II – promover batuques, congados e outros divertimentos congêneres na cidade, Vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta redação os bailes a reuniões familiares.

Art. 75 – Os infratores das disposições dos arts. 71 a 74 incorrerão em multa de cr$ 50,00 a cr$ 500,00.

## SECÇÃO II

## Da mendicância

Art. 76 – Só será tolerada a mendicancia até que esteja satisfatóriamente resolvido o problema de assistência Social no Municipio.

Art 77 – Será considerado mendigo o individuo mais que provadamente necessitar de esmolas, por não dispor de recurso algum,

não poder ganhar a vida pelo trabalho e não ter parentes com obrigação de prestar-lhe alimentos, nos têrmos da lei.

Art. 78 - Nenhum individuo poderá pedir esmolas, sem apresentar o cartão de identidade fornecido gratuitamente, pela Prefeitura ou a autoridade policial, aos que forem inscritos em livro próprio da municipalidade ou da delegacia policial.

Parágrafo único - Não estão compreendidas na proibição dêste artigo as pessoas que esmolarem para casas de caridade ou instituições de beneficência.

Art. 79 - Só será feita a inscrição de mendigos naturais do municipio ou que nêle tenham residência há mais de dois anos.

Parágrafo único - Feita a inscrição será fornecido ao mendigo o cartão de identidade, a que se refere o arte 78.

Art. 80 - Será encaminhado á autoridade policial todo individuo que fôr encontrado a mendigar sem estar inscrito pela forma indicada nos artigos anteriores.

Parágrafo único - Considerado mendigo, será devidamente inscrito, salvo se não fôr natural do municipio ou neste não residir há mais de dois anos, hipótese em que será reconduzido a sede do municipio de sua naturalidade ou de onde haja procedido.

## Secção III

## Dos Divertimentos Publicos

Art. 81 - Divertimentos publicos, para os efeitos dêste Código, são os que se realizarem nas vias publicas, ou em recinto fechado, de livre acesso ao publico, mediante pagamento, ou não, de entrada.

Art. 82 - Nenhum divertimento publico poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Art. 83 - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruido com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes a construção e higiene do edificio, e procedida a vistoria policial.

Parágrafo único - Sempre que couber, será também exigida a prova de pagamento de direitos autorais, na forma da lei federal.

Art. 84 - Para a armação de circos ou barracas em logradouros públicos poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de Cr$ 1.000,00, para garantia de despesas com a eventual recomposição do logradouro.

Parágrafo único - O depósito será restituido integralmente se não houver necessidade de reparos. Em caso contrário, serão deduzidos do mesmo as despesas feitas com a recomposição.

Art. 85 - Em tôdas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - As portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, moveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público, em caso de emergencia;

II - Durante os espetáculos, deverão as portas conserva-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortina;

III - Haverá instalações independentes para homens e Senhoras.

Art. 86 - Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - só poderão funcionar em pavimentos térreos;

II - os aparelhos de projeção ficarão em cabines, de facil saida, construidas de materias incombustiveis;

III - Serão tomadas tôdas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de aparelhos extintores de fogo instalados na cabine e na sala de projeção.

Art. 87 - Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos serão reservados quatro lugares destinados ás autoridades policiais e municipais, encarregadas da fiscalização.

Art. 88 - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado, e em número excedente á lotação do teatro, cinema, circo, ou sala de espetáculos.

Art. 89 - Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetaculos iniciar-se depois da hora marcada.

Parágrafo único - Em caso de modificação do programa

ou transferência de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

Art. 90 - As disposições do artigo anterior aplicam-se também às competições esportivas para as quais se exigir pagamento de entradas.

Art. 91 - É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar água ou outra substância que possa molestar os transeuntes.

Parágrafo único - Fora dos três dias destinados aos festejos do Carnaval, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias públicas, salvo autorização especial das autoridades competentes.

Art. 92 - Os empresários ou promotores de divertimentos públicos serão responsáveis pela fiel observância das disposições constantes dos artigos 82 a 91, sendo punidos, nas infrações, com multas de Cr$ 20,00 a Cr$ 300,00 conforme o caso.

## Capítulo II

## Da Segurança e Ordem Públicas

### Secção I

### Das Construções em Geral

Art. 93 - Os prédios ou construções de qualquer natureza que por mau estado de conservação ou defeito de execução, ameaçarem ruina, oferecendo perigo ao público, serão reparados ou demolidos pelos proprietários, mediante intimação da Prefeitura.

§ 1º - Será multado em Cr$ 200,00 o proprietário que, dentro do prazo marcado na intimação, não fizer a demolição ou reparação determinadas.

§ 2º - Não cumprindo o proprietário a intimação, a Prefeitura interditará o prédio ou construção se o caso fôr de reparos e até que êstes sejam realizados; se o caso fôr de demolição, a Prefeitura procederá a esta mediante ação judicial.

§ 3º - Em qualquer dos casos previstos no parágrafo precedente, as despesas que a Prefeitura realizar correrão por conta do proprietário.

Art. 94 - Nos prédios que estejam localizados fora do alinhamento do logradouro e que, em virtude de execução do plano diretor, devam ser oportunamente desapropriados, não serão permi-

tidas reformas, modificações ou consertos, que importem em novos ônus na execução do referido plano. Salvo as Benfeitorias, na forma da lei.

Parágrafo único - A proibição de que trata este artigo não se estende à pintura dos prédios e nem a pequenos consertos nas instalações de água, esgotos e eletricidade.

Art. 95 - O processo relativo à condenação de prédio ou construção, nos têrmos do art. 93, deverá observar as seguintes condições:

I - Comunicação da Prefeitura ao proprietário do que o predio vai ser vistoriado;

II - Intimação, após a vistoria, de têrmo em que se declarará condenado o prédio, se essa medida for julgada necessária; a vistoria poderá ser realizada, a juizo do Prefeito, por um só perito, ou por uma comissão de três, da qual fará parte um indicado pelo proprietário;

III - Em seguida, expedição de notificação, mediante recibo, ao proprietário. Recusando-se êste a firmar o recibo será feita declaração do ato perante duas testemunhas.

§ 1º - Desta decisão poderá o proprietário interpor recurso dentro de 20 dias, a partir da intimação.

§ 2º - No caso de interposição de recurso, será constituida uma comissão arbitral, que julgará o caso, correndo as despesas, se as houver, por conta da parte vencida.

Art. 96 - Em caso de obras que, logo depois de concluida, ameaçar ruina, por qualquer defeito de construção ou de ordem técnica, a Prefeitura representará ao orgão competente para efeito de aplicação das penalidades cabiveis.

Art. 97 - Tudo que constituir perigo para os cidadãos ou a propriedade publica ou particular será removido pelo seu proprietário ou responsável, dentro do praso de 10 dias contado da intimação pela Prefeitura.

Parágrafo único - Si o proprietário ou responsável não cumprir a intimação, será multado em cr$ 50,00, além de sujeitar-se ás despesas de remoção, feita pela Prefeitura.

## Secção II

## Da numeração dos prédios

Art. 98 – A numeração dos prédios far-se-á atendendo-se as seguintes normas:

I – O número de cada prédio corresponderá à distância em metros, medida sôbre o eixo do logradouro público, desde o início dêste até o meio da soleira do portão ou porta principal do prédio.

II – Fica entendido por eixo do logradouro a linha equidistante em tôdas os seus pontos do alinhamento dêste.

III – Para efeito de estabelecimento do ponto inicial a que se refere o item I, obedecer-se-á ao seguinte sistema de orientação: as vias públicas cujo eixo se colocar, sensivelmente, nas direções norte-sul ou leste-oeste, serão orientadas, respectivamente de norte para o sul e de leste para oeste; as vias públicas que se colocarem em direção diferente das acima mencionadas, serão orientadas do quadrante noroeste para o quadrante sudeste e do quadrante nordeste para o quadrante sudoeste.

IV – A numeração será par à direita e impar à esquerda do eixo da via pública.

V – Quando a distância em metros, de que trata êste artigo, não fôr o número inteiro, adotar-se-á o inteiro imediatamente superior.

Art. 99 – O número correspondente a cada prédio será gravado em algarismos brancos em placa que será afixada na fachada do prédio, de acôrdo com o § 2º do art. 102.

Parágrafo único – As placas de que trata êste artigo terão forma retangular, de dimensões de 0,17m (dezessete centímetros) por 0,09m (nove centímetros) e serão de ferro esmaltado com fundo azul.

Art. 100 – Sòmente a Prefeitura poderá colocar, remover ou substituir as placas de numeração, do tipo oficial, cabendo ao proprietário a obrigação de conservá-las.

Art. 101 – Os proprietários de prédios numerados pelo sistema adotado ficarão sujeitos ao pagamento de taxa de Cr$

20,00 vinte Cruzeiros, correspondente ao preço da placa e sua colocação.

§ 1º - O pagamento de que trata êste artigo será feito dentro de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação de aviso, determinando as ruas em que será executado o emplacamento dos prédios.

§ 2º - A numeração dos novos prédios e das respectivas habitações será designada por ocasião do processamento da licença para a construção, sendo também paga, na ocasião, a taxa de numeração.

§ 3º - Sendo necessário novo emplacamento por extravio ou inutilização da placa anteriormente colocada, será exigido novamente o pagamento da taxa de que trata êste artigo.

Art. 102 - Todos os prédios existentes ou que vierem a ser construidos na cidade, vilas e povoados serão obrigatòriamente numerados de acôrdo com as disposições constantes dos artigos desta secção e seus parágrafos.

§ 1º - É obrigatória a colocação da placa de numeração do tipo oficial com o número designado pela Prefeitura.

§ 2º - É facultativa a colocação da placa artística com o número designado, sem dispensa, porém, da colocação e manutenção da placa de tipo oficial, que deverá ser colocada em lugar visivel, no muro de alinhamento, na fachada ou outra qualquer parte entre o muro de alinhamento e a fachada, não podendo ser colocada em ponto que fique a mais de 2,50m acima do nivel da soleira do alinhamento e a distância maior de 10,00m. em relação ao alinhamento.

§ 3º - A entrada das "vilas" receberá o número que lhe couber pela sua posição no logradouro público, devendo as casas do interior das "vilas" receber números romanos.

§ 4º - Quando existir mais de uma casa no interior do mesmo terreno, ou se tratar de casas geminadas, cada habitação deverá receber numeração própria, com referência, sempre, porém, á numeração da entrada do logradouro público.

§ 5º - Quando o prédio ou terreno além da sua entrada principal tiver entrada por outro logradouro, o proprietário, poderá re-

querer a numeração suplementar.

§ 6º - A Prefeitura, procederá, em tempo oportuno, a revisão da numeração nas logradouros cujos imóveis não estejam numerados de acôrdo com o disposto nos artigos e parágrafos anteriores, bem como dos que apresentarem defeito de numeração.

Art. 103 - É proibida a colocação de placa de numeração com número diverso do que tenha sido oficialmente fornecido pela Prefeitura ou que importe na alteração da numeração oficial.

Art. 104 - Os infratores das disposições desta Secção ficam sujeitos á multa de cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), cobrada em dobro em caso de reincidência.

## Secção III

### Das vias e logradouros públicos

Art. 105 - Tôdas as ruas, avenidas, travessas ou praças públicas, serão alinhadas e niveladas, em conformidade com o plano diretor preestabelecido.

Parágrafo único - O alinhamento e nivelamento abrangerão também o prolongamento das vias públicas já existentes e a abertura de novas, segundo o permitam as condições do terreno e de forma a assegurar o desenvolvimento máximo da área povoada.

Art. 106 - Nenhuma rua, avenida, travessa ou praça poderá ser aberta sem prévio alinhamento e nivelamento autorizados pela Prefeitura, observado o plano diretor.

Art. 107 - Os cruzamentos de novas ruas ou avenidas serão de preferência em ângulo reto, salvo quando se tratar de prolongamento de outras já existentes.

Art. 108 - A Prefeitura, sempre que julgar necessária a abertura, alargamento ou prolongamento de qualquer via ou logradouro público, poderá promover acôrdo com os proprietários dos terrenos marginais no sentido de obter o necessário consentimento para a execução do serviço, quer mediante pagamento das benfeitorias e do terreno, quer independentemente de qualquer indenização.

Parágrafo único - No caso de não assentimento ou opo-

sição, por parte do proprietário, a execução do plano diretor, a Prefeitura promoverá, nos têrmos da legislação vigente, a desapropriação da área que julgar necessária.

Art. 109 — A Prefeitura procederá à nomenclatura e emplacamento das ruas, avenidas e praças.

Art. 110 — Compete à Prefeitura a execução dos serviços de calçamento, arborização e conservação das ruas e praças, assim como a construção e conservação dos jardins e parques públicos.

Art. 111 — A Prefeitura organizará periòdicamente uma relação das ruas ou trechos de ruas que tenham mais de um têrço dos lotes edificados, bem como o orçamento para o respectivo calçamento, classificando-as segundo a sua localização, intensidade de trânsito e o valor das edificações nelas existentes.

Art. 112 — É facultado aos proprietários marginais de qualquer trecho de rua requerer à Prefeitura a execução imediata do calçamento, mediante satisfação integral do preço orçado para a pavimentação.

Art. 113 — Não é permitido fazer aberturas no calçamento ou escavações nas vias públicas, senão em casos de serviço de utilidade pública, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Parágrafo único — Ficará a cargo da Prefeitura a recomposição da via pública, correndo, porém, a despesa por conta daquele que houver dado causa ao serviço.

Art. 114 — Qualquer serviço de abertura de calçamento ou escavações na parte central da cidade só poderá ser feito em horas previamente determinadas pela Prefeitura.

Art. 115 — Sempre que da execução do serviço resultar a abertura de valas que atravessem os passeios, será obrigatória adoção de uma ponte provisória, a fim de não prejudicar ou interromper o trânsito.

Art. 116 — As firmas ou emprêsas que, devidamente autorizadas, fizerem escavações nas vias públicas, ficam obrigadas a colocar tabuletas convenientemente dispostas, com aviso de trânsito impedido ou perigo, e colocar nesses locais sinais luminosos vermelho durante a noite.

Art. 117 — A abertura de calçamento ou as escavações nas

vias publicas deverão ser feitas com as precauções devidas, de modo a evitar damificações nas instalações subterrâneas ou superficiais de eletricidade, fone, água e esgotos, correndo por conta dos responsáveis as despesas com a reparação de quaisquer danos conseguentes da execução dos serviços.

Art. 118 – Correrá por conta da Prefeitura o serviço de capinação e varredura das ruas, avenidas e praças, bem como a remoção do lixo destas e das habitações. Compete aos proprietários, inquilinos ou responsáveis, a remoção dos residuos outros que não o lixo das habitações, tais como: galhos de árvores ou fôlhas resultantes da poda e asseio dos jardins e quintais, estrumes das cocheiras ou estábulos e outros residuos das fábricas e oficinas.

Art. 119 – Sob pena de multa, ficam os donos ou empreiteiros de obras, uma vez concluidas estas, obrigados a pronta remoção dos restos de materiais ou quaisquer objetos deixados nas vias publicas.

Art. 120 – A remoção do lixo das habitações, bem como a varredura das vias publicas, serão feitas em horas determinadas pela Prefeitura, e que melhor consultarem aos interesses da Saúde Publica.

Art. 121 – Os proprietários ficam obrigados a manter os prédios e muros em bom estado de conservação nos lados que dão para as vias públicas, bem como apalas as arvores de seus quintais ou jardins quando as mesmas avançarem para a rua.

Parágrafo único – Para a necessária remoção do lixo, os proprietários ou inquilinos deverão depositá-lo junto aos portões de suas residências, em caixas ou latas apropriadas, pela manhã e em dias préviamente designados para a coleta.

Art. 122 – As infrações das disposições contidas nesta Secção serão punidas com as multas de Cr$ 30,00 a Cr$ 100,00, elevadas ao dôbro nos casos de reincidência.

## Secção IV

## Do Empachamento

Art. 123 – A colocação, nas vias publicas, de cartazes, placas, letreiros ou anúncios, para fins de publicidade ou propaganda de

qualquer espécie, depende de prévia autorização da Prefeitura, ressalvada em qualquer hipótese a propriedade particular.

Art. 124 – Os pedidos de licença para a publicação ou propaganda a que se refere o artigo precedente deverão conter:

a) indicação dos locais em que serão colocados;

b) natureza do material de confecção;

c) dimensões;

d) inscrições e dizeres.

Art. 125 – Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar:

a) sistema de iluminação a ser adotado;

b) tipo de iluminação, se fixa, intermitente ou multimentada;

c) discriminação das faixas luminosas e não luminosas do anúncio e das côres empregadas.

Parágrafo único – Os anúncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2,50 ms. acima do passeio.

Art. 126 – Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

a) obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras;

b) pelo seu número e má distribuição possam prejudicar o aspecto das fachadas;

c) pintados diretamente sôbre muros e fachadas;

d) sejam ofensivos á moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições.

Art. 127 – Além das proibições a que se refere o artigo precedente, não será permitida a colocação de anúncios de natureza permanente:

a) nos terrenos baldios da Zonas central da cidade;

b) quando prejudiquem o aspecto paisagístico ou a perspectiva panorâmica.

c) sôbre muros, muralhas e gradis de parques e jardins;

d) nos edifícios públicos.

Art. 128 – Não serão permitidos anúncios ou reclames

que, por qualquer motivo, acarretem prejuízos á população e á limpeza pública.

Art. 129 – A colocação de mastros nas fachadas é permitida sem prejuízo da estética das fachadas e da segurança pública.

Art. 130 – Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

a) apresentarem perfeitas condições de segurança;

b) terem a largura do passeio, até o máximo de 2 metros;

c) não causarem danos ás árvores, aparelhos de iluminação e rêdes telefônicas e de distribuição de energia elétrica;

d) garantirem a necessária segurança dos operários, com relação ás rêdes de energia elétrica

Art. 131 – Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo, igual á metade da do passeio.

Parágrafo única – Dispensa-se o tapume quando:

a) tratar-se de construção ou reparo de muros ou gradis com altura máxima de 2 metros;

b) tratar-se de pinturas ou pequenos reparos em edificios;

c) fôr construido estrado elevado com anteparos fechados com altura minima de 0,60m., inclinados aproximadamente de 45 graus para fora.

Art. 132 – Poderão ser armados coretos provisórios nos logradouros públicos, para festividades religiosas, civicas ou de caráter popular, desde que se observarem as condições seguintes:

a) aprovação da Prefeitura á sua localização;

b) não perturbarem o trânsito público;

c) não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por ventura verificados;

d) serem removidos no prazo máximo de 24 horas, a contar do encerramento dos festejos.

Art. 133 – As bancas para venda de jornais e revistas satisfarão ás seguintes condições:

a) terem sua localização aprovada pela Prefeitura;

b) apresentarem bom aspecto quanto à sua construção;

c) não perturbarem o trânsito público.

d) serem de fácil remoção.

Art. 134 – Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de 2,50 metros.

Parágrafo único – A concessão da necessária licença pela Prefeitura será precedida do pagamento da taxa respectiva.

Art. 135 – A instalação de postes de linhas telegráficas, telefônicas e de força e luz bem assim a colocação de caixas postais, extintores de incêndio, etc., nas vias públicas, dependem de autorização da Prefeitura.

Parágrafo único – Não será permitida a instalação de postes de linhas telegráficas, telefônicas ou de força e luz na parte central de logradouro, salvo se houver refúgio central.

Art. 136 – Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização, mediante aprovação pela Prefeitura dos respectivos planos.

Art. 137 – Nas árvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios, nem a fixação de cabos ou fios.

Art. 138 – As infrações das disposições contidas nesta Secção serão punidas com as multas de cr$ 30,00 a cr$ 100,00, elevadas ao dôbro nos casos de reincidência.

## Secção V

### Das estradas e caminhos públicos

Art. 139 – As estradas e caminhos a que se refere esta Secção são os que se destinam ao livre trânsito público, construídos ou conservados pelos poderes administrativos.

Parágrafo único – São municipais as estradas e caminhos construídos ou conservados pela Prefeitura e situados no território do Município.

Art. 140 – Quando necessária a abertura, alargamento ou prolongamento de estrada, a Prefeitura promoverá acôrdo com os

proprietários dos terrenos marginais, para obter o necessário consentimento, com ou sem indenização.

Parágrafo único – Não sendo possível o ajuste amigável, a Prefeitura promoverá a desapropriação por utilidade pública, nos têrmos da legislação em vigor.

Art. 141 – Na construção de estradas municipais observar-se-ão as seguintes condições:

a) largura total mínima de 8 metros, sendo de 6 metros a largura mínima da pista;

b) rampa máxima de 10%;

c) raio de curva mínimo de 30 metros.

Parágrafo único – Tratando-se de caminhos a largura mínima será de 6 metros compreendidas as faixas laterais de proteção.

Art. 142 – Sempre que o munícipes representarem à Prefeitura sôbre a conveniência de abertura ou modificação de traçado de estradas e caminhos municipais, deverão instruir a representação com memorial justificativo.

Art. 143 – Para mudança, dentro dos limites de seu terreno, de qualquer estrada ou caminho público, deverá o respectivo proprietário requerer a necessária permissão à Prefeitura, juntando ao pedido projeto do trecho a modificar-se e um memorial justificativo da necessidade e vantagens.

Parágrafo único – Concedida a permissão, o requerente fará a modificação a sua custa, sem interromper o trânsito, não lhe assistindo direito a qualquer indenização.

Art. 144 – Os proprietários dos terrenos marginais das estradas ou caminhos públicos não poderão, sob qualquer pretexto, fechá-los, danificá-los, diminuir-lhes a largura, impedir ou dificultar o trânsito por qualquer meio, sob pena de multa e obrigação de repôr a via pública no seu estado primitivo, no prazo que lhes fôr marcado.

Parágrafo único – Não fazendo o infrator a recomposição, a Prefeitura a promoverá cobrando-lhes as despesas efetuadas.

Art. 145 - Os proprietários dos terrenos marginais não poderão impedir o escoamento das águas de drenagem de estradas e caminhos para sua propriedade.

Art. 146 - É' proibido, nas estradas de rodagem do Municipio, o transporte de madeiras a rasto e o transito de veiculos de tração animal, a menos que sejam estes de eixo fixo e tenham nas rodas aros de 10 centimetros de largura.

Art. 147 - Serão aplicadas as multas de Cr$ 50,00 a Cr$ 500,00 nos seguintes casos de infração, elevadas ao dôbro nas reincidências, além da responsabilidade criminal que couber:

I - estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a serventia pública das estradas e caminhos, sem prévia licença da Prefeitura;

II - Colocar tranqueiras ou porteiras nas estradas e caminhos públicos sem prévio consentimento da Prefeitura;

III - impedir o escoamento de águas pluviais das estradas e caminhos públicos para os terrenos marginais.

IV - trânsitar ou fazer transitar nas estradas de rodagem do Municipio carros de bois, carroças ou carrocões, que não satisfaçam as condições estabelecidas no art. 146;

V - arrastar paus ou madeiras pelas estradas de rodagem do municipio;

VI - danificar ou arrancar marcos quilometricos e sinais de trânsito existentes nas estradas;

VII - danificar, de qualquer modo, as estradas de rodagem e os caminhos públicos.

## Secção VI

## Dos tapumes e fechos divisórios

Art. 148 - Serão comuns os tapumes divisórios entre propriedades urbanas ou rurais, devendo os proprietários dos imoveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do art. 588 do Código civil.

§ 1º - Os tapumes divisórios de terrenos rurais, salvo acôrdo expresso entre os proprietários, serão constituidos por:

I – Cêrcas de arame farpado, com três fios, no mínimo de um metro e quarenta centímetros de altura;

II – telas de fio metálico resistente, com altura de 1m, 50;

III – Cêrcas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes.

IV – valos, quando o terreno no local não fôr suscetível de erosão, com dois metros de profundidade, dois metros de largura na bôca e 0m, 50 de base.

§ 2º – Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou detentores a construção e conservação dos tapumes para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam tapumes especiais.

§ 3º – Os tapumes especiais a que se refere o parágrafo anterior serão feitos do seguintes modo:

I – por cêrca de arame farpado, com dez fios no mínimo, e altura de 1m, 60;

II – por muros de pedras ou de tijolos, de 1m, 80 de altura;

III – por telas de fio metálico resistente, com malha fina;

IV – por sebes vivas e compactas que impeçam a passagem de animais de pequeno porte.

Art. 149 – Será aplicada a multa de cr$ 30,00 a cr$ 200,00, elevada ao dôbro na reincidência:

I – ao proprietário que fizer tapumes em desacôrdo com as normas fixadas no artigos anteriores;

II – a todo aquêle que danificar, por qualquer meio, tapumes existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber;

III – a todo aquele que mudar tapumes divisorios sem acôrdo prévio com o proprietario vizinho.

## Secção VII – Do trânsito público

art. 150 – É proibido embaraçar, ou impedir por qualquer meio o livre trânsito nas estradas e caminhos públicos, bem como nas ruas, praças e passeios da cidade, vilas e povoados do município.

Parágrafo único – Compreende-se na proibição dêste artigo o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias publicas em geral.

Art. 151 – Tratando-se de materiais cuja descarga não

passa ser feita diretamente no interior dos predios, será tolerada a descarga e permanencia na via publica, de modo a não embaraçar o transito, pelo tempo estritamente necessário á sua remoção, não superior a 12 horas.

Art. 152 - Não será permitida a preparação de rebocos ou argamassas nas vias públicas, senão na impossibilidade de fazê-la no interior do predio ou terreno. Neste caso só poderá ser utilizada a área correspondente á metade da largura do passeio.

Art. 153 - É' absolutamente proibido nas ruas da cidade, das vilas e povoados do Municipio:

I - conduzir animais ou veiculos de tração animal em disparada;

II - domar animais ou fazer provas de equitação;

III - conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

IV - conduzir ou conservar animais sôbre os passeios;

V - amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

VI - conduzir, a rastos, madeiras ou quaisquer outros materiais volumosos e pesados;

VII - conduzir carros de bois sem guieiros;

VIII - armar quiosques ou barraquinhas sem licença da Prefeitura;

IX - atirar quaisquer corpos ou detritos que possam ser nocivos ou incomodar os transeuntes.

Art. 154 - Todo aquêle que danificar ou retirar sinais colocados nas vias públicas para advertência de perigo ou impedimento do trânsito será punido com multa, além da responsabilidade criminal que couber.

Art. 155 - As infrações dos dispositivos constantes dos artigos desta Secção serão punidas com multas de cr$ 50,00 a cr$ 500,00, elevadas ao dôbro nas reincidencias.

## Secção VIII

### Dos inflamáveis e explosivos

Art. 156 - No interêsse público a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprêgo de inflamaveis e explosivos.

Art. 157 - São considerados inflamáveis entre outros: fósforo e materiais fosforados; gasolina e demais derivados de petróleo; éteres, álcoois, aguardente e óleos em geral; carbureto, alcatrão e materiais betuminosos líquidos.

Consideram-se explosivos, entre outros: fogos de artifício, nitroglicerina, seus compostos e derivados; pólvora; algodão-pólvora; espoletas e estopins; fulminatos, cloratos, formiatos e congeneres; cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 158 - É absolutamente proibido, sujeitando-se os transgressores à multa de Cr$ 500,00:

I - Fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III - depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º - Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapasse a venda provável em 20 dias.

§ 2º - Os foguetéiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250 metros da habitação mais próxima e a 150 metros das ruas ou estradas. Se as distâncias a que se refere êste parágrafo, forem superiores a 500 metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art. 159 - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura, de acôrdo com os dispositivos e normas estabelecidos no Código de Obras do Município.

§ 1º - Os depósitos de explosivos ou inflamáveis, compreendendo tôdas as dependências e anexos, inclusive casas de residências dos empregados, que se situarão a uma distância mínima de 100 metros dos depósitos, serão dotados de instalação para combater ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade de

§ 2º - Tôdas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprêgo de outro material apenas no caibros, ripas e esquadrias.

Art. 160 - A exploração de pedreiras depende de licença da Prefeitura, e quando nela fôr empregado explosivo, êste será exclusivamente de tipo e espécie mencionados na respectiva licença.

Art. 161 - Não será concedida licença para exploração de pedreiras, com emprêgo de explossivos, nos centros povoados e, fora dêstes, numa distância inferior a 200 metros de qualquer habitação ou abrigo de animais, ou em local que possa oferecer perigo ao Público.

Art. 162 - Para exploração de pedreiras com explosivos será observado o seguinte:

I - Colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidas distintamente pelos transeuntes a, pelo menos, 100 metros de distância;

II - adoção de um fogue convencional e um brado prolongado dando o sinal de fogo.

Art. 163 - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - Não poderão ser transportados simultâneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e ajudantes.

Art. 164 - É' vedado, sob pena de multa, além da responsabilidade criminal que couber:

I - Soltar balões, fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, bem como fazer fogueiras, nos logradouros públicos sem prévia licença da Prefeitura, a qual só será concedida por ocasião de festejos, indicando-se para isso, quando conveniente, locais apropriados.

II - Utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro da cidade, vilas e povoados do município.

III - Fazer fojos ou armadilhas com armas de fogo sem

colocação de sinal visivel para advertência aos passantes ou transeuntes.

Art. 165 — Fica sujeita a licença especial da Prefeitura a instalação de bombas de gasolina e de depósitos de outros inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários.

§ 1º — O requerimento de licença indicará o local para a instalação, a natureza dos inflamáveis, e será instruido com a planta e descrição minuciosa das obras a executar.

§ 2º — O Prefeito poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba prejudica, de algum modo, a segurança pública.

§ 3º — A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias o interesse da segurança.

§ 4º — É expressamente proibida a instalação de bombas de gasolina e posto de óleo no interior de quaisquer estabelecimentos, salvo se êstes se destinarem exclusivamente a êsse fim.

Art. 166 — Os depósitos de inflamáveis em geral, compreendendo todas as dependências e anexos, serão dotados de instalações completas para combate ao fogo, conservadas em perfeito estado de funcionamento.

Art. 167 — O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feito em recipientes apropriados, hermèticamente fechados, devendo a alimentação dos depósitos subterrâneos realizar-se por meio de mangueiras ou tubos adequados, de modo que os inflamáveis passem diretamente dos recipientes de transporte para o depósito.

§ 1º — O abastecimento de veiculos será feito por meio de bombas ou por gravidade, devendo o tubo alimentador ser introduzido diretamente no interior do tanque do veiculo.

§ 2º — É absolutamente proibido o abastecimento de veiculos ou quaisquer recipientes, nos postos, por qualquer processo de despejo livre dos inflamáveis, sem o emprêgo de mangueiras.

§ 3º — Para depósito de lubrificantes, nos postos de abastecimento, serão utilizados recipientes fechados á prova de poeira e adotados dispositivos que permitam a alimentação dos depósitos

dos veículos sem qualquer extravasamento.

Art. 168 — Nos postos de abastecimento onde se fizerem também limpeza, lavagem e lubrificação de veículos, esses serviços serão feitos no recinto dos postos, que serão dotados de instalações destinadas a evitar a acumulação de água e resíduos de lubrificantes no solo ou seu escoamento para os logradouros públicos.

Parágrafo único — As disposições deste artigo estendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executam tais serviços.

Art. 169 - As infrações aos dispositivos desta Secção serão punidas com multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 500,00, elevada ao dôbro nas reincidências.

## Secção IX

## Das queimadas

Art. 170 — Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 171 - A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem:

I - Sem tomar as devidas precauções, inclusive o preparo de aceiros, que terão sete (7) metros de largura, sendo dois e meio (2 1/2) capinados e varridos e o restante roçado.

II - Sem mandar aos confinantes, com antecedência mínima de 24 horas, um aviso escrito e testemunhado marcando dia, hora e lugar para lançamento de fogo.

Art. 172 - Salvo acôrdo entre os interessados, a ninguém é permitido queimar campos de criação em comum antes de mês de agosto.

Art. 173 — A ninguém é permitido, sob qualquer pretexto, atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Art. 174 - Além da responsabilidade civil ou criminal que couber, incorrerão em multa de Cr$ 100,00 a Cr$ 500,00, elevada ao dôbro nas reincidências, os infratores das disposições desta Secção.

## Secção X

## Das medidas referentes aos animais.

Art. 175 — É proibida a permanência de animais

nas vias publicas, sob pena de apreensão e multa de cr$ 10,00, "per capita".

Art. 176 — Os animais recolhidos ao depósito da Municipalidade serão retirados dentro de dez dias, mediante pagamento da multa e da diária de cr$ 3,00, "per capita", para cobertura das despesas de alimentação.

Paragrafo único — Não retirado o animal nesse prazo poderá a Prefeitura vendê-lo em hasta pública, precedida da necessária publicação; a juizo do Prefeito poderá ser publicado edital intimando o proprietário a vir retirá-lo dentro de mais dez dias, sob pena de venda em hasta pública, para ressarcimento das despesas com a sua conservação.

Art. 177 — É proibida a criação ou engorda de porcos na cidade e Vilas.

§ 1º — Aos proprietários de ceras, atualmente existentes na cidade e Vilas, fica marcado o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Código, para a remoção dos animais.

§ 2º — Aos infratores do disposto neste artigo, será imposta a multa de cr$ 100,00 a cr$ 500,00, marcando-se-lhes novo prazo para a remoção. Não realizada esta, ser-lhes-á applicada a multa em dôbro.

Art. 178 — É igualmente proibida, salvas penalidades estabelecidas no artigo anterior, a criação na cidade e Vilas de qualquer outra espécie de gado.

Parágrafo único — Observadas as exigencias sanitárias a que se referem êste Codigo e o Regulamento de Saúde Publica do Estado é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Art. 179 — Os cães que forem encontrados nas vias publicas da cidade e Vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º — O cão apreendido, se registrado na forma do art. 180 será entregue a seu dono mediante o pagamento da diária de cr$ 2,00 para alimentação.

§ 2º — Tratando-se de cão não registrado, se não for retirado por seu dono dentro de 10 dias, mediante pagamento da multa de cr$ 2,00 e diária de cr$ 2,00, será sacrificado.

Art. 180 — Haverá na Prefeitura o registro de cães, que será feito annualmente mediante o pagamento da taxa de cr$ 10,00, fornecendo

uma placa numerada a ser colocada na coleira do cão registrado.

Parágrafo único – A Prefeitura poderá manter serviço de vacinação anti-rábica, tornando esta obrigatória para os cães a serem registrados, mediante pagamento de uma taxa especial correspondentes ás despesas de aplicação da vacina.

Art. 181 – O cão registrado poderá andar solto na via pública desde que em companhia de seu dono, respondendo este por perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 182 – A ninguém é permitido, sob pena de multa de cr$ 20,00 a cr$ 100,00, maltratar por qualquer meio ou praticar ato de crueldade contra animais próprios ou alheios.

Parágrafo único – Compreende-se na proibição deste artigo o transporte de aves suspensas pelos pés ou em posição que lhes cause sofrimento.

Art. 183 – Os proprietários de animais de tração ou seus condutores, são obrigados, sob a pena do artigo anterior:

I – a dar-lhes de comer e beber, pelo menos de 12 em 12 horas e a trata-los quando doentes;

II – a não sujeitá-los a trabalhar por mais de 6 horas continuas sem dar-lhes água, alimento e descanso.

III – a não sujeitá-los á tração ou condução de carga exagerada ou superior ás suas forças.

Art. 184 – Não será permitida a passagem e estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade e vilas, a não ser nas vias públicas e locais para isso designados, sujeito o infrator á multa de cr$ 50,00 a cr$ 200,00.

Art. 185 – Fica ainda proibido, sujeitando-se os infratores á multa de cr$ 20,00 a cr$ 100,00:

I – Criar abelhas no centro da cidade e das vilas do municipio;

II – Criar pombos nos forros das casas residencia;

III – Criar galinhas nos porões ou no interior da habitações.

## Secção XI

### Da extinção de insetos nocivos

Art. 186 – Fica instituido, em caráter obrigatório, o combate ás formigas e a outros insetos nocivos á lavoura.

Parágrafo único – Todo proprietário de terreno rural cultivado ou não, dentro dos limites do Município, fica obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade.

§ 2º – Na cidade e vilas o serviço de extinção de formigueiros, sem prefixo da iniciativa particular, será sempre que possível realizado pela Prefeitura, mediante o pagamento da respectiva taxa.

Art. 187 – Os trabalhos de extinção de formigueiros serão fiscalizados pela Prefeitura, ou por ela executados, de acôrdo com este código.

Art. 188 – Verificada a existência de formigueiros na zona rural, será feita intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo de 20 dias para proceder ao seu extermínio.

Parágrafo único – Nessa hipótese, a Prefeitura poderá realizar o serviço a pedido de proprietário, com indenização das despesas dêle decorrentes.

Art. 189 – Se, no prazo fixado, não fôr extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20%, pelo trabalho de administração, além da multa de cr$ 30,00.

§ 1º – Decorridos 10 dias da apresentação da conta, e não paga esta, será lançada em livro próprio, acrescida de 10% para cobrança conjuntamente com os impostos ou taxas a que estiver sujeito o proprietário.

§ 2º – Do livro a que se refere o parágrafo anterior, constarão: 1º) nome do responsável; 2º) rua, número ou local; 3º) despesa efetuada; 4º) acréscimo de 20%; 5º) multa de 10%.

Art. 190 – Encontrando-se o formigueiro em edifício ou benfeitorias e exigindo sua extinção demolições ou serviços especiais, êstes só serão executados com a assistência direta do proprietário ou seu representante.

Parágrafo único – Para os fins dêste artigo, expedir-se-á notificação ao proprietário do edifício ou benfeitoria, com indicação do serviço a ser executado.

Art. 191 – A Prefeitura manterá um registro de informações da existência de formigueiros, do qual constará: 1º) nome do informante; 2º) nome do proprietário do terreno; 3º) data da informação; 4º) data da intimação; 5º) prazo concedido; 6º) coluna para observações.

Art. 192 - Aos fiscais compete denunciar a existência de formigueiros e verificar a veracidade das informações recebidas.

## Título V

## Do Funcionamento do Comércio e da Indústria

### Capítulo I

### Da Localização.

Art. 193 - A localização dos estabelecimentos comerciais ou industriais depende de aprovação da Prefeitura, a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo único - O requerimento deverá especificar com clareza:

a) o ramo do comércio ou da indústria;

b) o montante do capital investido;

c) o local em que o requerente pretende exercer o comércio ou a indústria.

Art. 194 - O funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedido de exame, no local, e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 195 - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado exibirá o alvará de localização à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 196 - A autorização a que se refere este Capítulo não confere o direito de vender ou mandar vender mercadorias fora do recinto do estabelecimento, salvo a hipótese de agenciamento para encomendas.

Parágrafo único - O exercício do comércio ambulante dependerá de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação federal respectiva.

Art. 197 - Para a mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial, deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 198 - Será passível de multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 300,00, elevada ao dôbro nas reincidências, aquele que:

I - Exercer atividades comerciais ou industriais sem a nece

sória aprovação a que se refere o art. 193.

II - Mudar de local o estabelecimento comercial ou industrial, sem autorização expressa da Prefeitura;

III - Negar-se a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando exigido.

## Capítulo II

### Do horário para funcionamento do Comércio e da Indústria

Art. 199 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato, duração e condições do trabalho:

I - Para a indústria de modo geral:

a) abertura e fechamento entre 6 e 17 horas, nos dias úteis;

b) aos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais e dias santos de guarda quando declarados êstes pela autoridade competente em matéria de trabalho.

§ 1º - Será permitido o trabalho aos domingos, feriados nacionais ou locais e dias santos de guarda, excluído o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades seguintes: laticínios, fins industriais, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgotos, serviço de transporte coletivo, ou a outras atividades que, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º - Os estabelecimentos industriais poderão funcionar além do horário estabelecido na letra a e nos dias referidos na letra b, mediante permissão da autoridade competente e observância do disposto no art. 203 dêste Código.

II - Para o comércio de modo Geral:

a) abertura ás 8 horas e fechamento ás 18 horas, nos dias úteis, assegurado aos empregados o intervalo de duas horas para descanso e refeição, de modo a se observar a duração legal para o trabalho individual.

b) aos domingos e feriados nacionais e, observada a condição da letra b, item I, nos feriados locais e dias santos de guarda, os estabelecimentos permanecerão fechados.

§ 3º – Observado o disposto no art. 203 dêste código, o Prefeito Municipal, em portaria, e mediante solicitação das classes interessadas, poderá prorrogar o horário dos estabelecimentos mercantis:

a) até ás 20 horas, aos Sábados;

b) até ás 22, horas, nos dias 24 e 31 de dezembro.

Art. 200 – Os salões de barbeiros, cabeleireiros e engraxates poderão funcionar, nos dias úteis, das 8 ás 20 horas.

Parágrafo único – Aos Sábados, nas vésperas de feriados nacionais e dias santificados, o encerramento poderá ser feito ás 22 horas, com observância do artigo 203.

Art. 201 – Será permitido o funcionamento das charutarias, nos dias úteis, das 8 horas ás 22 horas.

Art. 202 – Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar fora do horário fixado nas letras a e b, item II, art. 199, nos dias úteis, domingos, feriados nacionais ou locais e dias santos de guarda, os seguintes estabelecimentos:

I – Varejista de peixe:

a) nos dias úteis – de 5 ás 17 horas;

b) aos domingos, feriados nacionais ou locais e dias santos de guarda – das 5 ás 12 horas.

II – Varejistas de carnes frescas (açougues e entrepostos):

a) nos dias úteis – das 5 ás 17 horas;

b) aos domingos, feriados nacionais ou locais e dias santos de guarda – das 5 ás 12 horas.

III – Comércio de pão e biscoitos (padarias) – das 5 as 22 horas.

IV – Varejistas de frutas, verduras, aves e ovos – das 5 as 19 horas.

V – Farmacias:

a) – nos dias úteis – das 8 ás 20 horas;

b) aos domingos, Feriados nacionais ou locais e dias Santos de guarda no mesmo horário, para os estabelecimentos que estiverem de plantão, obedecida a escala organizada pela Prefeitura, de acôrdo com o interêsse público.

VI – Entrepostos de combustiveis, lubrificantes e acessórios de automóveis (postos de gasolina): – das 7 as 17 horas, com faculdade de atender

ao público, a qualquer hora, sempre que houver solicitação.

VII - Alugadores de bicicletas e similares - das 7 às 20 horas.

VIII - Restaurantes, bares, botequins, confeitarias, sorveterias "bombonnières" e bilhares - das 7 às 24 horas.

IX - Cafés e leiterias - das 5 às 24 horas.

X - Distribuidores e Vendedores de jornais e revistas (bancas e ambulantes) - das 5 às 24 horas.

XI - Estabelecimentos e entidades que executem serviço funerário (emprêsas e agências funerárias) - das 7 às 20 horas.

XII - Lojas de flores e coroas, das 8 às 19 horas.

Art. 203 - O funcionamento do comércio fora do horário comum, a que se referem os artigos precedentes fica subordinado à observância dos preceitos das leis federais que regulam o contrato, condições e duração do trabalho.

Art. 204 - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições dêste capítulo serão punidas com a multa de cr$ 50,00 a cr$ 200,00 elevadas ao dôbro nas reincidências.

## Capítulo III

## Da aferição de pesas e medidas

Art. 205 - Nas transações comerciais em que sejam utilizados aparelhos, instrumentos ou utensílios de pesar ou medir, êstes são obrigatòriamente baseados nas unidades do sistema métrico decimal, aprovados pela legislação federal, inclusive os medidores de gasolina dos postos de abastecimento.

Art. 206 - Os comerciantes e industriais que façam venda de mercadorias ao público são obrigados a submeter anualmente a exame, verificação e aferição os aparelhos e instrumentos de medir ou pesar por êles utilizados.

§ 1º - A aferição poderá ser feita nos próprios estabelecimentos, preferentemente no 1º trimestre, depois de recolhida aos cofres municipais a respectiva taxa.

§ 2º - Do recibo do pagamento da taxa, para efeito de fiscalização, constarão o número de fabricação, tipo e demais características do aparelho, ou instrumento a aferir.

Art. 207 - Para efeito de fiscalização, os funcionários muni-

cipais poderão, em qualquer tempo, proceder ao exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilizados nos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

§ 1º - Os aparelhos e instrumentos que forem encontrados viciados, aferidos ou não, serão apreendidos.

§ 2º - Os proprietários de aparelhos ou instrumentos encontrados não aferidos, são obrigados a submetê-los á aferição dentro do prazo de 24 horas, nos termos do art. 206 e seus parágrafos, além do pagamento de multa prevista no art. 209.

Art. 208 - Os estabelecimentos comerciais ou industriais que se instalarem são obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter á aferição os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir a serem utilizados em suas transações comerciais com o publico.

Art. 209 - Será aplicada a multa de cr$ 100,00 a cr$ 500,00 elevada ao dôbro nas reincidincias, àquele que:

I - usar, nas transações comerciais, aparelhos, instrumentos e utensilios de pesar ou medir que não sejam baseados no sistema metrico decimal;

II - deixar de apresentar, quando exigidos para exame, verificação ou aferição, os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir utilizados na venda de produtos ao público;

III - usar, nos estabelecimentos comerciais ou industriais, aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir viciados, já aferidos ou não.

# Titulo VI

## Dos Cemiterios Publicos

### Capitulo I

### Definições

Art. 210 - Para os efeitos dêste Titulo são adotadas as seguintes definições:

Sepultura - Cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões - Para adultos, 2 m de comprimento por 0,75 de largura e 1,70 m de profundidade; para infantes, 1,50 X 0,50 X 1,70 m respectivamente;

Carneiro - Cova com as paredes laterais revestidas de tijolos ou material similar, tendo, internamente, o máximo de 2,50 m de comprimento por 1,25 m de largura; o fundo será sempre constituido pelo terreno natural;

Carneiro Geminado - Dois carneiros e mais o terreno entre ells existentes, formando uma única cova, para sepultamento dos membros de uma mesma familia.

Nicho - Compartimento do columbário para deposito de ossos retirados de sepultura ou carneiro;

Ossuário - Vala destinada ao depósito comum de ossos provenientes de jazigos cuja concessão não foi renovada ou caducou;

Baldrame - Alicerce de alvenaria para suporte de uma lápide;

Lápide - Laje que cobre o jazigo com inscrição funerária;

Mausoléu - Monumento funerário suntuoso, que se levanta sôbre o carneiro; o caráter suntuoso pode ser obtido não só pela perfeição da forma como também pelo emprêgo de materiais finos que pelas suas qualidades intrinsecas, supram adornos e ornamentos;

Jazigo - Palavra empregada para designar tanto a sepultura como o carneiro.

## Capitulo II

## Disposições Gerais

Art. 211 - Os Cemitérios do municipio terão caráter secular e, de acordo com o art. 141 - § 10º da Constituição Federal, serão administrados e fiscalizados diretamente pela Prefeitura.

Parágrafo único - É facultado ás associações religiosas manterem cemitérios particulares mediante prévia autorização da Prefeitura, observadas as prescrições constantes dêste Titulo.

Art. 212 - Os Cemitérios serão cercados por muros, com altura de 2 metros, ao longo do qual, e nas duas faces, haverá uma cêrca viva que se manterá bem tratada.

Art. 213 - Será reservada em tôrno dos cemitérios uma área externa de proteção de 50 m de largura mínima, medida a partir do muro de fechamento.

Parágrafo único - A área de proteção será exigida apenas para os novos cemitérios e para os existentes em que, pela sua localização, em área inedificada, seja a medida exequível.

Art. 214 - No recinto dos cemitérios, além da áreas destinadas a ruas e vendas, serão reservados espaços para construção de capelas e depósitos mortuários.

Art. 215 - Os cemitérios poderão ser abandonados quando tenham chegado a tal grau de saturação que se torne difícil a decomposição dos corpos ou quando hajam se tornado muito centrais.

§ 1º - Antes de serem abandonados, os cemitérios permanecerão fechados durante 5 anos, findo os quais será sua área destinada praças ou parques, não se permitindo proceder-se aí ao levantamento de construções para qualquer fim.

§ 2º - Quando, do cemitério antigo para o novo, se tiver de proceder à trasladação dos restos mortais, os interessados, mediante pagamento das taxas devidas, terão direito de obter nele espaço igual em superfície ao do antigo cemitério.

Art. 216 - É permitindo a tôdas as confissões religiosas praticar nos cemitérios os seus ritos, respeitadas as disposições deste Título.

## Capítulo III

## Das inumações

Art. 217 - Nenhum enterramento será permitido nos cemitérios municipais sem a apresentação de certidão de óbito devidamente atestado por autoridade médica.

Art. 218 - As inumações serão feitas, em sepulturas separadas, que se classificam em gratuitas e remuneradas, subdivididas estas em temporárias e perpétuas.

Art. 219 - Nas sepulturas gratuitas serão enterrados os indigentes pelos prazos de cinco (5) anos, para adultos, e de três anos, para infantes, não se admitindo com relação a elas prorrogação ou perpetuação.

Art. 220 - As sepulturas temporárias serão concedidas por cinco ou vinte anos, facultada, no primeiro caso, a prorrogação do prazo por outros cinco anos, mas sem direito a novas inumações; e, no segundo

caso, novas prorrogações, por igual prazo, com direito à inumação de cônjuge e de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau, desde que não se haja atingido o último quinquênio da concessão.

Parágrafo único - As sepulturas temporárias não poderão ser perpetuadas, permitida entretanto a trasladação dos restos mortais para sepultura perpétua, observadas as normas deste Título.

Art. 221 - É condição para a renovação de prazo das sepulturas temporárias a boa conservação das mesmas pelo concessionário.

Art. 222 - As concessões perpétuas só serão feitas para sepulturas do tipo destinado a adultos, em carneiros simples ou gemindados e sob as seguintes condições, que constarão do título:

a) possibilidade de uso do carneiro para sepultamento de cônjuge e de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau; outras pessoas do concessionário só poderão ser sepultadas mediante sua autorização por escrito e pagamento das taxas devidas;

b) obrigação de construir dentro de 5 anos, os revestimentos convenientemente revestidos e coberta a sepultura a fim de ser colocada a lápide ou construído o mausoléu, para o que é fixado o prazo máximo de 5 anos;

c) caducidade da concessão no caso de não cumprimento do disposto na alínea b.

Parágrafo único - Nas sepulturas a que se refere êste artigo poderão ser inumados infantes ou para elas trasladados seus restos mortais.

Art. 223 - Como homenagem pública excepcional poderá a Municipalidade conceder perpetuidade de carneiro a cidadãos cuja vida pública deva ser rememorada pelo povo por relevantes serviços prestados à Nação, ao Estado ou Município.

Parágrafo único - A perpetuidade será concedida por lei especial.

Art. 224 - Nenhum concessionário de sepultura ou carneiro poderá dispor da sua concessão, seja qual fôr o título, só se respeitando, com relação a êsse ponto, os direitos decorrentes de sucessão legítima.

Art. 225 - É de cinco anos, para adulto, e de três anos, para infante, o prazo mínimo a vigorar entre duas inumações no mesmo jazigo.

# Capitulo IV

## Das Construções

Art. 226 — As Construções funerarias só poderão ser executadas nos cemitérios, depois de expedido o alvará de licença, mediante requerimento do interessado, ao qual acompanhará o memorial descritivo das obras e o respectivo projeto.

Parágrafo único — As peças gráficas serão em duas vias, as quais serão visadas, e uma delas, entregue ao interessado com o alvará de licença, depois do projeto ter sido aprovado.

Art. 227 - A Prefeitura deixa as obras de embelezamento e melhoramento das concessões tanto quanto possivel ao gôsto dos proprietários, porém, reserva-se o direito de rejeitar os projetos que julgar prejudiciais á boa aparência Geral do cemitério, a higiene e á segurança.

Art. 228 — O embelezamento das sepulturas temporarias de 5 anos será feito por gramados ou canteiros ao nivel do arruamento, rigorasamente limitados ao perimetro da sepultura; pequenos simbolos serão permitidos.

Art. 229 - Nas concessões por vinte anos será permitida a construção de baldrames até a altura de 0,40m, para suporte de lapide, sendo facultados os simbolos usuais.

Art. 230 — Os serviços de conserva e limpeza de jazigos só podem ser executados por pessoa registrada na administração do cemitério e excepcionalmente por empregados dos concessionários, quando chamados por êstes, e sómente para execução de determinado serviço.

Art. 231 - A Prefeitura exigirá, sempre que julgar necessário, que as Construções sejam executadas por construtores legalmente habilitados.

Art. 232 - É proibido dentro do cemitério a preparação de pedras ou de outros materiais destinados a Construção de jazigos e mausoléus devendo o material entrar no cemitério em condições de ser empregado imediatamente.

Art. 233 - Restos de materiais provenientes de obras, conservas e limpezas de turmulos devem ser removidos imediatamente pelos responsáveis, sob pena de multa de cr$ 50,00 a cr$ 500,00, além das despesas de

remoção, se a intimação não for cumprida no prazo fixado.

Art. 234 - No dia 25 de outubro a 1 de novembro não se permitirão trabalhos no cemitério, a fim de ser executada pela administração a limpeza geral.

Art. 235 - A Prefeitura fiscalizará a execução dos projetos aprovados das construções funerárias.

Art. 236 - O ladrilhamento de solo em tôrno dos jazigos é permitido, desde que atinja a totalidade da largura das ruas de separação e sejam pelos interessados obedecidas as instruções da administração do cemitério.

## Capítulo V

## Da administração dos Cemitérios

Art. 237 - A administração do cemitério será exercida por um encarregado ao qual compete também a execução das medidas de policia afetas ao Serviço.

Art. 238 - O registro dos enterramentos far-se-á em livro proprio e em ordem numérica, contendo o nome do falecido, idade, sexo, estado civil, filiação, naturalidade, "causa-mortis", data e lugar do óbito e outros esclarecimentos que forem necessários.

Art. 239 - Nos cemitérios será observada ampla liberdade de celebração de cerimônias religiosas, seja qual fôr a religião ou culto desde que tais práticas não sejam contrárias á lei ou á moral pública.

Art. 240 - Os cemitérios serão convenientemente fechados e neles a entrada e permanência só serão permitidas entre sete e dezoito horas e sòmente ás pessoas que se portarem com o devido respeito.

Art. 241 - Excetuados o caso de investigação policial ou transferências dos despojos, nenhuma sepultura poderá ser reaberta mesmo a pedido dos interessados, antes de decorrido o prazo do art. 225.

Art. 242 - Mesmo decorrido êsse prazo, nenhuma exumação será permitida sem autorização do administrador e, se a concessão estiver em vigor, também do concessionário ou seu sucessor.

Art. 243 - Para nova inumação em qualquer concessão, deve previamente ser apresentado á administração o respectivo titulo.

Art. 244 - As flores, coroas, ornamentos usados em funerais ou colocados sôbre os jazigos, em qualquer tempo, quando estiverem

em mau estado de conservação, serão retirados e nenhuma reclamação pela sua manutenção será atendida.

Art. 245 – Decorridos os prazos previstos nos arts. 219 e 220 as sepulturas poderão ser abertas para novos enterramentos, retirando-se as cruzes e outros emblemas colocados sôbre as mesmas.

§ 1º – Para êsse afim, o encarregado fará públicas, em editais, aviso aos interessados de que, no prazo de 30 dias, serão as cruzes e emblemas retirados e a ossada depositada no ossuário geral.

§ 2º – As grades, cruzes, emblemas, lapides e outros objetos retirados das sepulturas serão postos, por espaço de 60 dias, á disposição dos interessados, que poderão reclamá-los.

Art. 246 – Os veículos só podem entrar nos cemitérios por ocasião de enterros.

# Parte Segunda

## Dos Serviços de utilidade publica

### Título I

### Disposições Gerais

#### Capitulo I

#### Preliminares

Art. 247 – Serviços de utilidade publica, de maneira geral, são tôdas as atividades que, por sua natureza, atendam ao interêsse coletivo, visando proporcionar á população utilidades especiais que exigem a ação do poder público no sentido de seu contrôle ou gestão direta.

Art. 248 – Admitem os serviços de utilidade publica execução direta ou indireta, constituida a primeira pela exploração do serviço pela entidade publica e a segunda pela ação de intermediários, que se sub-rogam numa parte da atividade administrativa.

Parágrafo único – A exploração direta far-se-á:

a) quando esta solução fôr mais conveniente ao interêsse publico, a juizo da Prefeitura;

b) quando o serviço, por sua natureza, desaconselhe a intervenção de intermediários;

c) quando, podendo o serviço ser objeto de exploração indireta

e posta esta em concorrência pública ou administrativa, na forma legal, não se apresentar nenhum concorrente.

Art. 249 - A exploração indireta dos serviços de utilidade pública poderá ser efetuada mediante simples autorização ou permissão e mediante concessão.

§ 1º - Constitui autorização, ou permissão, o ato do poder público que atribui a um particular a exploração de um serviço de utilidade pública, a título precário e sem a outorga dos direitos inerentes à administração.

§ 2º - É concessão de serviço de utilidade pública o ato do poder público pelo qual é entregue, a um particular, a exploração de determinado serviço de utilidade, com a outorga dos direitos reservados à administração, na forma deste Código.

## Capítulo II

### Das autorizações ou permissões

Art. 250 — O interessado em obter permissão ou autorização para explorar determinado serviço de utilidade pública deverá requerê-lo ao Prefeito, fazendo instruir o pedido com:

a) prova de idoneidade moral, técnica e financeira;

b) prova de quitação com a Fazenda Municipal;

c) tratando-se de pessôa jurídica, prova de sua constituição legal;

d) informações minuciosas sôbre a natureza, fins e utilidade das prerrogativas;

e) projetos e orçamentos, conforme a natureza do serviço, e outros elementos que possibilitem o Prefeito formar juízo sôbre a sua real utilidade;

f) informações sôbre o capital a ser empregado;

g) indicação das tarifas a serem cobradas;

h) justificação do cálculo das tarifas.

§ 1º — Julgando de utilidade a medida, e não convindo ao Município a exploração direta do serviço, o Prefeito baixará editais, afixados em lugar público e divulgados pela imprensa local, convidando os interessados a se manifestarem a respeito no prazo de 15 dias.

§ 2º — Se houver a manifestação de interessados idôneos, o

Prefeito providenciará o expediente necessário para concessão privilegiada do serviço, mediante concorrência pública ou administrativa previamente autorizada em lei.

§ 3º - Se não se manifestarem interessados dentro do prazo estabelecido, dará a Prefeitura a autorização requerida.

Art. 251 - A permissão será dada em portaria ou alvará do Prefeito, do qual deverão constar as tarifas que serão cobradas pela prestação do serviço.

Parágrafo único - A transferência da autorização depende de consentimento expresso do Prefeito, satisfeitas pelo segundo pretendente as exigências do art. 250.

Art. 252 - A permissão ou autorização terá a vigência máxima de dois anos, contados da data em que fôr instalado o serviço, podendo ser cassada quando houver motivo relevante, devidamente comprovado, após notificação e prazo razoável concedido ao permissionário se o motivo da cassação se imputar a êste.

§ 1º - A cassação da permissão ou autorização far-se-á por ato expresso, sem que ao permissionário assista direito a qualquer indenização.

§ 2º - Cassada a permissão ou autorização, será concedido ao permissionário prazo razoável, a juízo do Prefeito, e examinado cada caso concreto, para a retirada das instalações do serviço.

Art. 253 - Caducará a permissão se o permissionário não iniciar os serviços dentro do prazo que o Prefeito fixar para cada caso e que não poderá ser superior a 4 meses.

Art. 254 - Findo o prazo de 2 anos e verificado ser de interêsse para o Município a continuação do serviço, providenciará o Prefeito o expediente necessário a fim de, mediante autorização legal e em concorrência pública, ou administrativa, dar privilégio para a exploração do serviço, nas condições do Capítulo IV dêste Título.

Parágrafo único - Na concorrência que se realizar, o permissionário, que a ela concorrer, terá preferência para a concessão, se tiver servido bem durante o tempo da autorização e sua proposta estiver em igualdade de condições com a melhor que fôr apresentada.

Art. 255 – A Prefeitura poderá dar permissão para particulares explorarem, mediante arrendamento, açougues de propriedade do Município, ficando ressalvado que se não concederá mais de um açougue a um mesmo individuo ou emprêsa.

Art. 256 – Os permissionários que estejam explorando, a título precário, na data da promulgação dêste Código, qualquer serviço de utilidade pública, deverão regularizar, dentro de 180 dias, sua situação nos têrmos dêste Capítulo.

## Capítulo III

### Das concessões privilegiadas

Art. 257 – A concessão privilegiada para exploração de serviço de utilidade pública far-se-á mediante concorrência pública ou administrativa.

Parágrafo único – O concessionário ou permissionário anterior do serviço objeto da concorrência, e que haja servido bem, terá preferência na concessão, desde que, concorrendo, sua proposta esteja em igualdade de condições com a que fôr julgada melhor.

Art. 258 – A concorrência pública será anunciada, com prazo mínimo de 30 dias, por editais, pela imprensa local e pelo órgão oficial do Estado.

Parágrafo único – Do edital de concorrência, entre outras condições, deverão constar o seguinte:

a) prazo da concessão;

b) exigência das cauções para garantia da assinatura do contrato e do seu cumprimento;

c) apresentação do quadro das tarifas a serem cobradas, e dos respectivos cálculos;

d) apresentação dos planos das instalações e exploração do serviço;

e) condições de reversão, ao Município, das instalações, findo o prazo da concessão;

f) reserva ao Município do direito de aceitar a proposta que lhe parecer mais vantajosa ou de recusar tôdas.

Art. 259 – A concorrência administrativa será feita

entre firmas de comprovada idoneidade moral, técnica e financeira, de preferência especializadas no ramo objeto da concorrência, as quais serão convidadas a apresentar propostas detalhadas para exploração do serviço, satisfazendo as condições mínimas estabelecidas pela Prefeitura.

Art. 260 – Da concorrência, pública ou administrativa, serão excluídos o Prefeito, o Vice-Prefeito e os vereadores, bem como seus descendentes e ascendentes, cunhadas durante o cunhadio, sogro e genro, colaterais por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, e os servidores municipais.

Art. 261 – Será posto novamente o serviço em concorrência se a primeira não se apresentar licitante ou se as propostas apresentadas não forem julgadas convenientes ao interesse público.

Art. 262 – As propostas deverão ser acompanhadas dos documentos relacionados no art. 250 e serão examinadas e classificadas por uma comissão designada pelo Prefeito, da qual fará parte um engenheiro civil ou eletrotécnico, e submetidas ao Prefeito para julgamento.

Art. 263 – A concessão será feita por contrato para cuja assinatura deverá o concorrente que tiver sua proposta escolhida comparecer à Prefeitura dentro do prazo estabelecido no edital de concorrência.

Parágrafo único – A assinatura do contrato de concessão será precedida da apresentação, pelo concorrente adjudicatário, da prova de depósito, nos cofres municipais, do valor da caução de garantia de cumprimento do contrato.

Art. 264 – Do contrato de concessão, entre outras, deverão constar as seguintes cláusulas:

a) prazos para o início e execução das obras e a instalação do serviço, prorrogáveis a juízo do Prefeito;

b) condições da concessão e da prestação do serviço, com especificação e discriminação minuciosa;

c) prazo da concessão;

d) revisão a que se refere o art. 151 da Constituição da República;

e) faculdade reservada á Prefeitura de rescindir o contrato em caso de seu inadimplemento total ou parcial;

f) condições de reversão das obras e instalações ao Município;

g) fiscalização, por parte da Prefeitura, das obras e instalações e da exploração do serviço;

h) aceitação pelo concessionário das disposições deste Capítulo e da matéria deste Codigo applicáveis a concessão;

i) cláusula penal.

Art. 265 - Os contratos de concessão deverão estabelecer a multa diária a que ficará sujeito o concessionário, em caso de suspensão ou paralisação do serviço, sem motivo justificável e sem consenso da Prefeitura, além das perdas e damnos a apurar, e da responsabilidade civil ou criminal que couber.

Art. 266 - O prazo das concessões privilegiadas não poderá exceder de vinte cinco annos, ai incluidas as prorrogações.

Art. 267 - No sentido de fiscalizar o cumprimento da concessão a Prefeitura exercerá o poder de policia, com que o concessionário concordará mediante a aceitação do ato de concessão.

§ 1º - A fiscalização se exercerá no sentido de:

a) verificar a perfeita conformidade da execução das obras e da instalação de serviço com os planos aprovados pela Prefeitura;

b) assegurar serviço adequado, quanto á qualidade e á quantidade;

c) verificar a necessidade de melhoramento, renovação e ampliação das instalações;

d) fixar tarifas razoaveis;

e) verificar a estabilidade financeira da emprêsa;

f) assegurar o cumprimento das leis trabalhistas.

§ 2º - Para realização de tais fins, exercerá a Prefeitura a fiscalização da contabilidade da emprêsa ou concessionário, podendo estabelecer as normas a que essa contabilidade deva obedecer.

§ 3º - Far-se-á a tomada de contas periódicas da emprêsa.

Art. 268 - as tarifas serão fixadas sob o regime de

serviço pelo custo, levando-se em conta:

a) as despesas de operação e custeio, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza, excluidas as taxas de benefício e o impôsto sôbre a renda;

b) as reservas para depreciação;

c) a justa remuneração do capital;

d) as reservas para reversão.

§ 1º - A revisão das tarifas far-se-á trienalmente.

§ 2º - O cálculo das tarifas, nas revisões periódicas, será submetido a exame por técnico especializado no assunto ou pelo órgão competente do Estado.

§ 3º - O capital a remunerar é o efetivamente gasto na propriedade do concessionário.

§ 4º - A percentagem máxima de lucro como remuneração do capital será a que fôr determinada pela legislação federal.

Art. 269 - Entende-se por propriedade do concessionário, para efeito dêste Código, o conjunto das obras civis, instalações, imoveis imóveis e semoventes, diretamente relacionados e indispensáveis a exploração da concessão.

Art. 270 - Caducará a concessão se não forem instalados os serviços no prazo fixado, declarada a caducidade por ato emanado do poder municipal.

§ 1º - O Prefeito poderá prorrogar, por tempo que julgar suficiente, o prazo a que se refere êste artigo se ocorrerem fundadas razões, devidamente justificadas pelo concessionário.

§ 2º - Caduca a concessão, será aberta logo nova concorrência, nas condições dos arts. 258 e 259.

Art. 271 - Em qualquer tempo, poderá o Município encampar o serviço, quando interêsses públicos relevantes o exigirem, mediante indenização prévia, salvo acôrdo em contrário.

Art. 272 - Nos contratos serão estipuladas as condições de reversão, quando conveniente ao Município, com ou sem indenização.

Art. 273 - Não poderá o concessionário transferir a concessão sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Art. 274 – Poderá o concessionário pleitear a rescisão do contrato se houver motivo ponderável a que tenha dado causa a Prefeitura. A rescisão se fará então com ressalva do bem público.

Art. 275 – Nos casos de rescisão do contrato, será constituída uma comissão de arbitramento, composta de dois membros, indicados por cada uma das partes, à qual competirá o exame dos motivos alegados, a avaliação da propriedade do concessionário, cálculo das perdas e danos, etc.

§ 1º – O membro da comissão por parte da Prefeitura será um técnico especializado no assunto.

§ 2º – No caso de não chegarem a acôrdo, os membros da comissão arbitral solicitarão ao serviço competente do Estado a indicação de um técnico desempatador.

Art. 276 – Terão os concessionários direito à desapropriação por utilidade pública, na forma da legislação vigente, ficando a seu cargo a liquidação e pagamento das indenizações consequentes.

Art. 277 – As emprêsas concessionárias não gozarão de favores fiscais.

Parágrafo único – Em casos especiais poderá ser concedida isenção dos impostos que onerem a propriedade da emprêsa, mediante lei especial e tendo-se em vista o interêsse público.

## Título II

## Do Serviço de Eletricidade

### Capítulo I

### Normas Gerais da Concessão

Art. 278 – O aproveitamento de quedas de água dentro do município, seja para uso particular, ou para comércio de energia depende exclusivamente de concessão ou autorização do Govêrno Federal na forma da lei.

Art. 279 – O fornecimento de energia elétrica, para iluminação pública, na rede do município e Distritos, quando realizado por pessoas física ou emprêsas particulares, será regulado por contrato firmado entre a Prefeitura e o concessionário ou permissionário.

Art. 280 – A exploração da indústria de energia hidro-

elétrica ou termoelétrica, quando feita pela Prefeitura, está também sujeita as normas e exigências da lei federal.

## Capitulo II

### Da iluminação pública

Art. 281 - A iluminação pública da cidade abrangerá as praças, avenidas, jardins, ruas e demais logradouros públicos no perimetro urbano e suburbano, até onde a Prefeitura julgar conveniente.

Art. 282 - A energia para iluminação pública será distribuida em baixa tensão, em múltiplo, com circuitos secundários independentes. Quando for usada a iluminação em série devem ser estabelecidas condições especiais de segurança.

Art. 283 - Nas redes de distribuição de energia só será permitido o uso de condutores de secção superior a 10 milimetros quadrados, de cobre, trançados, estirados, semi-duros, nus, exceto os de número 4 e 6 A.W.G., que são em geral macicos.

Art. 284 - Serão empregados, no serviço de iluminação pública, postes de aroeira, de comprimento minimo de 8 metros, falquejados, nas ruas e logradouros não pavimentados; de concreto, tubulares de aço ou de trilho nas ruas ou logradouros pavimentados.

Parágrafo unico - As lâmpadas de iluminação pública devem ser montadas á altura minima requinte: para aparelhos suportados por braços, 4,5 metros; para suspensão em fio no centro da rua, 6,5 metros.

Art. 285 - Para iluminação dos jardins e praças serão empregados postes ornamentais, de concreto ou tubulares de aço, e canalização subterrânea.

Art. 286 - O espaçamento máximo dos postes é de 60 metros, devendo ser localizados 20 cm para dentro do alinhamento do meio fio das calçadas.

Parágrafo unico - Sómente será permitida a postação no centro de ruas e avenidas quando houver refúgio central.

Art. 287 - Nas ruas estreitas e quando houver conveniência, no sentido de ser obter melhor distribuição de luz, é permitido

o sistema de iluminação com focos suspensos em cabos de aço, fixos em postes laterais ou nas fachadas dos edifícios.

Art. 288 – Nas ruas estreitas, onde não for possível o uso de cintas, é obrigatório o emprêgo de sistema "Rex" para suporte dos condutores, a fim de manter os fios afastados das fachadas, no mínimo 2 metros.

Art. 289 – A variação máxima de tensão nas rêdes é de 3%, para mais ou para menos.

Art. 290 – A Prefeitura manterá uma fiscalização permanente dos serviços de iluminação pública por intermédio de um funcionário especializado.

Art. 291 – A substituição de lâmpadas da iluminação pública, queimadas ou danificadas, deverá ser feita dentro de 24 horas.

Art. 292 – A interrupção do serviço de iluminação pública por prazo superior a 72 horas, sem causa justa ou justificável, implicará na caducidade do contrato de concessão de fornecimento de energia elétrica, prevista no art. 168, item III, do Código de Águas. A Prefeitura deverá neste caso tomar as providências, junto ao Conselho de Águas e Energia, que a medida exigir, ou que couberem no caso, contra o concessionário.

Art. 293 – Os padrões mínimos de iluminação a serem adotados para iluminação pública, serão regulados pela tabela seguinte:

Número mínimo de "lumens" por metro linear para iluminação pública.

| Largura da rua | Zona central ou comercial | Zona residencial urbana | Zona suburbana |
|---|---|---|---|
| 8 a 10 metros | 65 lumens | 5 lumens | 7 lumens |
| 12 " | 65 " | 15 a 19 " | 7 " |
| 15 " | 65 " | 15 a 25 " | 7 " |
| 20 " | 65 a 100 " | 20 a 30 " | 10 " |
| 25 " | 65 a 100 " | 25 a 39 " | 13 " |
| 30 " | 65 a 100 " | 31 a 45 " | 15 " |

Art. 294 – Os transformadores do serviço de iluminação pública, serão instalados nos postes, à altura mínima de 5 metros, ou em cabines próprias, e serão equipados com aparelhagem de proteção e chaves

desligadoras.

Parágrafo único - nos circuitos em multiplos, o neutro dos transformadores será ligado á terra.

Art. 295 - no sistema aéreo de distribuição, primário e secundário, a posição dos condutores em relação aos edifícios deverá obedecer ás especificações anexas a este Código, desenho, nº. 1.

Art. 296 - os postes de aço deverão ser assentados em concreto.

Art. 297 - a recomposição de calçamento no local onde fôr fincado ou retirado o poste correrá por conta da concessionária.

## Capitulo III

## Da iluminação particular e fôrça motriz

### Generalidades

Art. 298 - o fornecimento e distribuição de energia elétrica serão feitos em rêdes aéreas ou subterraneas em circuitos independentes para luz e fôrça, para as seguintes classes de serviço:

a) Domiciliares - Compreendendo iluminação, calefação e energia para pequenos motores (até 4 HP no máximo, em baixa tensão) e aparelhos utilizados no exercicio do comércio e das profissões, inclusive nos estabelecimentos de frequência coletiva, e para amúncios;

b) Serviço industrial - compreendendo energia para todos os fins industriais, inclusive ou exclusive a iluminação e outras aplicações acessórias, até 4 HP em baixa tensão e em alta tensão acima desta potência, ficando a transformação por conta do consumidor;

c) Serviço rural - compreendendo energia fornecida em alta tensão, para todos os fins relativos á exploração agricola e pastoril das propriedades situadas na zona rural, inclusive ou exclusive a iluminação e outras aplicações acessórias;

d) Serviços Públicos - abrangendo os serviços públicos municipais, estaduais e federais;

e) Servicos de utilidade pública - compreendendo o fornecimento de energia para as emprêsas concessionárias de serviços de utilidade pública.

Art. 298 - o primário das rêdes de distribuição de energia elé-

trica no sistema trifásico poderá ter 3 ou 4 fios, podendo ser o neutro isolado ou ligado à terra, sendo preferível esta última modalidade para maior segurança, economia e proteção do aparelhamento.

Paragrafo único - Serão adotadas de preferência as voltagens primárias, mais commumente usadas, isto é, 2.300 e (4.000), 6.900 (11.000) e 13.200 volts.

Art. 299 — No secundário do sistema trifásico de distribuição, de três ou quatro fios, o neutro será, salvo casos especiais, ligado à terra por motivo de segurança. Para isso o esforço sobre o isolamento, em hipótese de defeito, não deverá exceder de 58% do valor do esforço em caso de neutro isolado.

Art. 300 — Nos sistemas em que o secundário é trifásico a 4 fios, em estrela, e o primário tiver neutro ligado à terra, êste poderá ser commum a ambos, se fôr ligado à terra e em tôda a sua extensão.

Art. 301 — A disposição dos circuitos de distribuição deve ser baseada na previsão do crescimento futuro do sistema, para um periodo de 10 anos, no mínimo, considerando-se a localização futura dos alimentadores e subestações.

Art. 302 - Para fins de identificação, os condutores primários serão instalados nas cruzetas de modo que, olhando-se para o Norte, Nordeste, Este ou Sudeste na direção da linha, a sequência das fases seja A B C, para os circuitos de 3 fios, e A N B C, para os de 4 fios.

Art. 304 - Os condutores secundários, quando fixados em cantoneiras verticais, devem ficar separados de 8 polegadas uns dos outros, podendo ser reduzido para 6" êste espaçamento quando as cantoneiras forem instaladas ao longo da fachada dos edifícios e pouco distanciadas entre si.

Art. 305 — A disposição vertical dos condutores, de cima para baixo, deve ser a seguinte:

1º — Fio neutro.

2º — Fio de energia a "forfait" ou iluminação Pública;

3º — 4º — 5º — Fios de Fase;

6º — Fios de contrôle para iluminação pública e energia "forfait".

Art. 306 - O fornecimento de energia para os serviços domiciliar, comercial, industrial e rural, está sujeito às seguintes normas:

a) a energia elétrica deverá ser fornecida em baixa tensão, a 120 volts, para os circuitos de iluminação quando a carga ligada não exceda de 1.200 Watts, e a 220 Volts. para força motriz, quando a carga ligada não exceder de 4 HP;

b) a energia será cobrada por unidade de energia elétrica medida em contadores adequados á cargase á tensão, instalados no ponto da entrada dos circuitos alimentadores, de acôrdo com as normas estabelecidas neste Código;

c) só será permitido o fornecimento de energia elétrica á "forfait" para iluminação das residências de operários localizados na zona Suburbana ou rural, possuindo no máximo 3 cômodos e quando a carga ligada não exceder de 120 Watts;

d) as tarifas referentes ao consumo de energia deverão ser aprovadas pelo órgão competente federal.

Art. 307 - As instalações elétricas domiciliares para iluminação só serão ligadas á rêde de distribuição quando forem executadas de acôrdo com as instruções dêste Código, no Capitulo referente ás "Instalações domiciliares".

Art. 308 - A energia elétrica para os serviços de iluminação, e para os de calefação em geral e fôrça até 4 HP, uso domestico será fornecida a 120 e 200 volts. respectivamente.

Parágrafo unico - Para os serviços industriais e comerciais, a energia elétrica será fornecida em alta tensão, diretamente do circuito primário de distribuição, ficando a transformação por conta do consumidor, quando a carga ligada para luz e calefação fôr superior a 2.200 Watts e 4 HP para fôrça.

Art. 309 - Os transformadores particulares dos serviços comerciais e industriais serão instalados no interior dos terrenos ou dos prédios ocupados pelo estabelecimento comercial e industrial.

Parágrafo unico - Os transformadores poderão ser instalados nos postes ou em cabines apropriadas, com equipamento completo

de proteção contra descargas elétricas, chaves desligadoras "matthew's, neutro (quando houver) e tanque ligado à terra.

Art. 310 - Os circuitos de derivação para as instalações domiciliares, comerciais ou industriais, poderão ser aéreos ou subterrâneos.

Art. 311 - Nos circuitos aéreos de derivação para serviços de iluminação ou calefação e fôrça, para uso doméstico, que não exceda de 4 H.P, os condutores de cobre serão isolados, W.P., de secção nunca inferior a 6 milimetros quadrados. O neutro poderá ser de cobre nu.

Parágrafo único - O material a ser empregado nos circuitos de derivação, mencionados nos arts. 309 e 310, será fornecido pelo concessionário bem como a mão de obra para a sua instalação do ponto de derivação no poste até o alinhamento do lote ou do prédio.

Art. 312 - Os medidores de consumo de energia para luz ou fôrça, quando pertencentes ao consumidor, deverão ser entregues, para calibração, á secção competente do serviço de fôrça e luz, que se incumbirá de instalá-los no quadro de entrada.

Art. 313 - A instalação de medidores, quer de propriedade dos consumidores, quer de propriedade da emprêsa, concessionária, far-se-á de acôrdo com as normas prescritas no Capitulo IV, "das instalações domiciliares, industriais e comerciais".

Art. 314 - Nas instalações de fôrça ~~matriz~~, que exijam o uso de transformadores, os medidores podem ser colocados nos circuitos primários, junto aos transformadores abaixadores, ou no secundário destes, a critério do concessionário.

Art. 315 - Os proprietários dos terrenos ou prédios não poderão ser opôr á visita do encarregado do serviço de fiscalização, que apresentará os documentos de identidade funcional.

## Capitulo IV

### Das instalações e ligações dos serviços domiciliares, industriais e comerciais

Art. 316 - As entradas dos circuitos de iluminação ou fôrça até 4 H.P, deverão obedecer ás seguintes normas:

I - entrada de luz até 1.200 Watts - 120 volts.

a) a entrada dos circuitos de luz será feita em tubos rigidos de 3/4" X 1/8", curvas e boxes de 3/4"; embutidos na parede desde a fachada até a mufa, colocada no quadro ou caixa instalada no prédio;

b) da mufa, colocada pouco abaixo do medidor, até a chave monofásica, será empregado tubo ou conduite flexivel de 5/8" X 3/4", que seguirá até o teto do prédio;

c) quando o teto da casa for de laje de concreto será empregado conduite regido. Neste caso, êste tubo irá diretamente da chave monofásica até a primeira caixa principal de derivação;

d) o fios condutores de entrada dos circuitos serão do tipo R CT 2 nº 10, no mínimo, com isolamento para 600 volts;

e) a caixa ou quadro de madeira terá dimensões internas de 37 X 17 cm, e nela serão instalados: I) uma mufa de ferro de 4 X 4 cm. com tampa de dispositivos para o selo de chumbo; um bloco de porcelana para fusivel de fôlha de 1 polo, conduite e boxes retos de 1/2" para saidas 2) uma chave monofásica de porcelana e fusiveis para 25 Ampéres, no máximo; 3) o medidor;

f) a caixa ou quadro mencionado na alinea e, deverá ser instalado, em local à vista, de fácil acesso ao fiscal do concessionário. Deverá ser colocado a 1m,5 acima do piso.

II - Entrada dos circuitos de fôrça motriz e calefação, até 4 HP, ou 2.200 Watts - 220 volts;

a) a entrada dos circuitos nos prédios, a partir da fachada será feita por meio de tubos regidos de 1 1/8" X 1 1/4", curvas e joelho 1 1/8", devendo ser embutidos na parede, até a mufa instalada no quadro ou caixa que contém o medidor;

b) do medidor para a chave desligadora, e desta até o local de distribuição da rêde, será empregado conduite flexivel de 1" X 1 1/4", ou tubo regido da mesma dimensão quando embutido;

c) os fios condutores, dos circuitos de entrada de fôrça motriz e calefação até 2.200 Watts, são do tipo R CT 2, nº 8 (mínimo), com isolamento para 600 volts;

d) a caixa ou quadro de madeira, que contém o medi-

dor e acessórios, terá as seguintes dimensões internas 56 X 80 X 17 cm; e quando fôr utilizado para entradas de fôrça e luz terá as dimensões: 70 X 80 X 17 cm;

e) a caixa ou quadro de madeira deverá conter:

1) medidor de fôrça;

2) munfa de ferro de 25 X 30 X 8, com tampa e dispositivo para selos, bloco de ardosia para fusiveis cartucho de 3 polos de 60 Ampéres, buxes retos e conduite de 1", ligado a chave á munfa.

Art. 317 - As entradas dos circuitos de fôrça motriz para serviços comerciais ou industriais, acima de 4 HP, em Alta Tensão, obedecerão ás mesmas normas especificadas no art. 316 quando a medição da energia fôr feita no circuito secundário.

Art. 318 - O material empregado nos circuitos internos das instalações domiciliares, comerciais, ou industriais, para fôrça e luz, deverá obedecer, no que não estiver contido neste Código, ás especificações contidas nas "Normas para Execução de Instalações Elétricas", NB-3, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 319 - Os circuitos de iluminação domiciliar deverão ser bem isolados contra terra e entre fases e a resistência de isolamento não deve ser inferior a 500.000 ohms, quando a intensidade da corrente de circuito fôr, no máximo, de 25 Ampéres, como circuitos ligado.

Parágrafo único - A resistencia do isolamento, variável com a intensidade da corrente do circuito, deverá ser observada, de acôrdo com a tabela I, pág. 23, das "Normas Técnicas" NB-3, da A.B.N.T.

Art. 320 - A carga instalada de cada circuito de serviço domiciliar não poderá ultrapassar a 1.200 Watts nas distribuições de 100 a 130 volts, e de 2.200 Watts nas de 200 a 250 volts.

Art. 321 - Os projetos para construções de edificios, fabricas, hoteis, hospitais, escolas, cinemas, teatros, oficinas, garagens, postos de gazolina, depósitos - para serem aprovados, deverão ser acompanhados de esquema da rêde de distribuição elétrica interna.

Parágrafo único - No esquema referido, neste artigo, serão indicados a canalização e condutores elétricos com as respectivas di-

mensões, local das caixas de passagem dos tubos, tomadas, pontos de luz, carga ligada, motores e outros aparelhos e sistema e cálculo da distribuição.

Art. 322 - As instalações para uso particular de energia elétrica só poderão ser executadas por profissionais licenciados ou casas comerciais especializadas.

Art. 323 - O proprietário do prédio, ao requerer a ligação, deverá declarar, para os devidos fins, o nome do instalador ou da casa comercial responsável.

Art. 324 - A aceitação definitiva da instalação elétrica para luz ou para força, depende da aprovação dada pelo encarregado da Distaria.

Art. 325 - Quando, na Distaria obrigatória anterior á ligação, se verificar que a instalação não satisfaz ás exigências regulamentares, quanto á mão-de-obra ou material, o Distariador a impugnará, apontando-lhe os defeitos.

Paragrafo único - Se os defeitos encontrados provierem de má execução do serviço, será exigida a reforma parcial ou total das instalações; se resultarem de má qualidade do material, será exigida a sua substituição.

# Titulo III

## Do serviço de abastecimento d'agua

### Capitulo I

### Da Obrigatoriedade

Art. 326 - Os proprietários de prédios ou terrenos não edificados, situados em vias públicas onde exista rêde distribuidora, ficam obrigados, a partir da data da promulgação dêste Código, ao pagamento da respectiva taxa de consumo, estabelecida na legislação tributária.

Paragrafo único - Se o prédio ainda não estiver ligado á rêde distribuidora, a taxa será cobrada pelo preço de pena d'agua ou pelo minimo, no caso de medidores.

Art. 327 - O proprietário de prédio nas condições do art. anterior, já dotado de rêde domiciliária ainda não ligada á rêde distribuidora, fica obrigado a requerer a ligação no prazo de 30 dias. Não o fazendo incorrerá na multa de cr$ 200,00, prorrogando-se o

prazo por 30 dias. Findo a prorrogação e ainda não requerida a ligação, ser-lhe-á aplicada a multa em dôbro. A Prefeitura fará então a ligação, cobrando o preço das obras indispensáveis para tal, além das taxas regulamentares.

§ 1º - Se o prédio ainda não fôr dotado de rêde domiciliária, fica o proprietário obrigado a construi-la e a requerer sua ligação á rêde distribuidora no prazo de 60 dias, sob pena de multa de cr$ 200,00. Não o fazendo, o prazo será prorrogado por 30 dias. Findo a prorrogação, sem que a tenha feito, ser-lhe-á aplicada em dôbro, e a Prefeitura executará os serviços cobrando seu custo acrescido de 20%, a título de administração.

§ 2º - A Prefeitura não dará a necessária licença para habitação de prédio nôvo sem que haja sido feita a ligação á rêde de água.

Art. 328 - Na data da construção da rêde distribuidora, nas vias públicas, onde ela não exista atualmente, se estabelecerão as obrigações previstas nos artos. 326 e 327 e seus parágrafos.

Parágrafo único - Os prazos previstos nos artos. 326 e 327 e seus parágrafos serão contados da data da construção da rêde de distribuição.

Art. 329 - Cada prédio terá sua ligação própria para o suprimento dágua, não se permitindo, sob pena de multa, a derivação de uns para outros prédios e de umas para outras economias distintas, embora contiguos, e do mesmo proprietário.

§ 1º - Verificada a infração, cortar-se-á a ligação para o prédio, até que o responsável destrua, á sua custa, as derivações clandestinas e pague a multa.

§ 2º - Tratando-se de prédio de mais de uma moradia da ligação comum á rêde distribuidora, far-se-á a derivação para cada residência, tendo cada derivação seu próprio registro de pena dágua ou hidrômetro.

Art. 330 - Será mantida em dia, para efeito de cadastro, uma planta da cidade com indicação de tôdas as instalações domiciliárias.

Parágrafo único - Convenções convenientes darão indicações do fonte de abastecimento e das demais elementos que interessem ao assunto.

## Capítulo II
## Dos Hidrômetros

Art. 331 – Será preferido, para contrôle do consumo dágua na cidade, o sistema de hidrômetros. O emprêgo dêsse sistema será obrigatório no caso de o abastecimento ser feito com água submetida previamente a tratamento, por qualquer processo destindado a melhorar-lhe as qualidades bacteriológicas, físicas ou químicas.

Parágrafo único – No caso do emprêgo de hidrometros, para efeito de cômputo da taxa mínima de consumo, fica estabelecido o limite máximo de 30m3 de água mensalmente. O excedente a êsse limite será pago por metro cúbico, de acôrdo com a legislação tributária vigente.

Art. 332 – Os hidrômetros serão fornecidos e instalados pela Prefeitura, pagando previamente o interessado a taxa de ligação prevista na legislação tributária.

§ 1º – Compete a Prefeitura determinar o diâmetro do hidrômetro a instalar, segundo o consumo presumível do prédio.

§ 2º – Tratando-se de estabelecimento cujo consumo dágua exija a instalação de hidrômetros especiais, quanto a tipo e diâmetro, será o aparelho adquirido pelo consumidor.

Art. 333 – Pela conservação dos hidrômetros, pagarão as proprietárias dos prédios as taxas estabelecidas na legislação tributária vigente.

Art. 334 – Mediante o pagamento da taxa a que se refere o artigo anterior, incumbe à Prefeitura a conservação dos hidrômetros, isto é, a sua limpeza e os consertos motivados pelo desgaste natural do aparelho.

Parágrafo único – Não se compreendem na conservação os reparos de defeitos de hidrômetros causados por culpa do proprietário ou morador do prédio, que neste caso, será responsabilizado pelas despesas decorrentes dos reparos sujeito ainda á multa de cr$ 50,00 a cr$ 100,00 conforme a gravidade da falta.

Art. 335 – O proprietário ou moradas do prédio será

responsável pela guarda do hidrômetro, cumprindo-lhe indenizar a Prefeitura em caso de inutilização ou extravio.

Art. 336 – Antes de colocado, o hidrômetro será aferido e lacrado com o sinete da Prefeitura, podendo o interessado assistir à aferição, cujo resultado se registrará em livro especial.

Art. 337 – Faculta-se ao interessado pedir à aferição do hidrômetro, cujo funcionamento considere defeituoso, e, não sendo encontrado defeito, ficará o reclamante sujeito ao pagamento da importância de cr$ 10,00, para indenização do trabalho de inspeção.

Parágrafo único – Para efeito do pagamento dessa importância, considera-se em funcionamento regular o hidrômetro cujo êrro de leitura não exceda a 6%, para mais ou para menos.

Art. 338 – Os funcionários encarregados da limpeza e leitura dos hidrômetros comunicarão à Secção competente da Prefeitura quaisquer defeitos ou irregularidades nêles observadas, a fim de se fazerem os consertos necessários.

Art. 339 – As leituras de hidrômetros serão feitas de trinta em trinta dias, aproximadamente, por funcionários especializados que as anotarão em impressos próprios.

§ 1º – Recebidos os impressos, pela secção competente, proceder-se-á à expedição das contas de consumo, para cobrança das respectivas taxas, que deverão ser pagas na tesouraria da municipalidade dentro de quinze dias, seguintes à apresentação da conta.

§ 2º – Serão desprezados no cálculo para pagamento das taxas de consumo as frações de metro cúbico.

§ 3º – Não pagas, dentro de 15 dias, as contas serão acrescidas de 10%, prorrogando-se o prazo por mais 15 dias. Findo a prorrogação e não pagas as contas, será interrompido o fornecimento.

§ 4º – O restabelecimento da ligação, cortada na forma do parágrafo anterior, será feito mediante liquidação do débito e pagamento da taxa de religação.

Art. 340 – O proprietário do prédio desabitado é responsável pela guarda do hidrômetro, salvo se pedir a retirada do apare-

lho, que só será normente instalado mediante o pagamento da respectiva taxa.

Art. 341 – As atuais ligações sob o regime de pena dágua serão provisóriamente mantidas, a critério da Prefeitura, que procederá á sua substituição gradativa por hidrômetros.

Parágrafo único – A substituição terá inicio nos prédios onde houver maior consumo dágua, como hoteis, pensões, estabelecimentos de ensino, hospitais, garagens, estabelecimentos industriais, etc.

## Capitulo III

### Do fornecimento por penas

Art. 342 – A pena dágua terá vazão de 1.000 litros de águas em 24 horas e as taxas respectivas serão cobradas em conformidade com as leis tributárias do municipio.

## Capitulo IV

### Disposições Gerais

Art. 343 – Em todo ramal domiciliário serão instalados:

1°) um registro de passagem externo, de uso exclusivo da Prefeitura;

2°) um hidrômetro ou um registro de pena;

3) um registro de passagem interno para uso do consumidor.

Art. 344 – A rêde de instalação dágua num prédio divide-se em externa e interna.

§ 1° – A rêde externa compreende a derivação, a partir da rêde distribuidora, até o registro de passagem interno exclusive.

§ 2° – A rede interna compreende a instalação no interior do prédio, a partir do registro de passagem interno inclusive.

Art. 345 – A construção, reparos ou alteração da rêde externa quando pedidos ou de interesse do consumidor, inclusive demolição e recomposição do calçamento e do passeio, serão feitos pela Prefeitura, por conta do interessado.

Parágrafo único – A execução dêsses serviços será precedida pelo depósito, na Tesouraria Municipal, da importância do orçamento das obras, organizado pela Prefeitura a requerimento do interessado.

Art. 346 – A rêde interna será feita pelo proprietá-

rio, de acôrdo com os dispositivos regulamentares, sob fiscalização da Prefeitura.

§ 1º - Antes da ligação, - ato de competência exclusiva da Prefeitura - fará esta uma vistoria na rêde interna, podendo negá-la se verificar, na sua execução, qualquer inobservância das disposições regulamentares.

§ 2º - Verificada a hipótese prevista no parágrafo anterior, a ligação só será concedida depois de feitas na instalação as modificações necessárias ao seu enquadramento nas disposições regulamentares.

Art. 347 - Prédio nenhum se abastecerá diretamente da rêde geral e sim por intermédio de um depósito domiciliário que tenha capacidade mínima de 300 litros.

§ 1º - Os depósitos domiciliários deverão satisfazer as seguintes condições:

a) serem construidos de concreto armado, ferro galvanizado ou ferro fundido;

b) terem tampa que impeça a entrada de mosquitos, poeira, líquidos e quaisquer matérias estranhas;

c) terem alimentação regulada por torneira de fecho automático;

d) terem tubo de descarga e tubo de ladrão;

e) terem tomada d'água a cerca de cinco centímetros acima do fundo;

f) serem instalados em lugar de fácil inspeção, afastado dos fogões e resguardados contra o Sol.

§ 2º - Para casas de residência própria de operários ou de pessoas sem recursos, poderá ser dispensado o depósito domiciliário, a juizo da Prefeitura.

Art. 348 - As ligações concedidas pela Prefeitura destinam-se ao fornecimento de água para usos domiciliares communs, ficando a concessão de ligações para outros fins subordinada as possibilidades da rêde de abastecimento.

Art. 349 - Verificando-se a incapacidade da rêde pública e havendo possibilidade ou conveniência de aproveitamento de água em outra fonte, será concedida licença para captações privadas.

Art. 350 - A requerimento do construtor poderá ser concedida ligação de água para execução de obras de qualquer natureza.

§ 1º - Nesse caso é obrigatório o emprego de hidrômetro.

§ 2º – As despesas de ligação serão pagas pelo construtor, sob cuja responsabilidade ficam a conservação do hidrômetro e instalações, bem como o pagamento do consumo verificado.

§ 3º – Finda a obra, o construtor dará disso conhecimento, por escrito, à Prefeitura para se proceder à verificação do consumo posterior à última leitura e corte da ligação.

Art. 351 – É vedado aos proprietários ou moradores, sob pena de multa, consentirem torneiras, ou quaisquer outros aparelhos, abertos ou estragados, de forma a se permitir desperdícios d'água.

Art. 352 – Sob pena de multa, os proprietários ou moradores são obrigados a permitir a entrada, nos prédios, dos encarregados do serviço de água para efeito de inspeção das instalações domiciliares.

Art. 353 – Aquele que causar dano, de qualquer natureza, às caixas e reservatórios d'água, encanamentos, registros ou peças quaisquer do abastecimento público, além de ser multado, ficará obrigado a reparar o dano.

Art. 354 – É proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço de água nas dependências do reservatório e da estação de tratamento d'água e na sua área de proteção.

Art. 355 – É proibida a entrada, sob qualquer pretexto, de pessoas estranhas ao serviço de água, e a passagem ou permanência de animais na área de proteção dos mananciais.

Art. 356 – A limpeza dos reservatórios e da rêde de distribuição será sempre precedida de aviso aos consumidores.

Art. 357 – São passíveis das seguintes multas:

I – De cr$ 100,00 a cr$ 200,00 todo aquêle que:

a) impedir ou desviar, propositadamente, o curso d'água do manancial que alimenta a rêde adutora do abastecimento público;

b) causar quaisquer danos ou avarias nas caixas d'água, encanamentos, registros ou peças de qualquer natureza, do serviço de água;

II – De cr$ 50,00 a cr$ 100,00 todo aquêle que:

a) deixar de colocar caixas ou depósitos de água, domiciliares, providos de boia;

b) tirar derivação d'agua para prédio ou terreno vizinho;

III - De Cr$ 30,00 a Cr$ 50,00 todo aquele que:

a) deixar as instalações d'água em mau estado de conservação ou com defeito de funcionamento;

b) fizer qualquer modificação na rêde externa, manobrar o registro externo de entrada ou fraudar, de qualquer modo, o regulador da vazão;

c) impedir que os encarregados do serviço procedam às necessárias inspeções nos prédios em que haja instalação de água;

d) deixar torneiras ou outros aparelhos, abertos ou estragados de forma a permitir o desperdício d'água;

Art. 358 - As multas previstas neste Título serão cobradas em dôbro nas reincidências, respeitado o máximo legal.

## Título IV

## Do serviço de esgotos sanitários e de águas pluviais

### Capítulo I

### Concessão de ligações

Art. 359 - Todo prédio construido em logradouro dotado do serviço de esgôtos, deverá ser ligado á respectiva rêde pela forma estabelecida neste Título.

Art. 360 - As ligações serão feitas por meio de ramais domiciliários construidos pela Prefeitura, á custa do interessado, até os limites indicados no art. 370, passando êstes ramais a fazer parte da rêde geral respectiva.

Art. 361 - A concessão de ligações de esgôto será processada em requerimento dirigido ao Prefeito, e, para que seja atendido, deverá o interessado satisfazer ás exigências seguintes:

a) apresentar duas cópias da planta aprovada do prédio ou do projeto submetido á aprovação da Prefeitura quando se tratar de construção nova, devendo constar da mesma a rêde interna;

b) pagar o orçamento relativo á mão-de-obra para demolição e reconstrução do calçamento e do passeio, para abertura das valas, construção do ramal domiciliário e demais serviços indispensáveis á execução da ligação;

c) fornecer o material necessário para construção dos

ramais domiciliários, de acôrdo com o que determinar a repartição competente.

§ 1º — Os orçamentos serão acrescidos de 10% para eventuais, e limitados a um mínimo de Cr$ 20,00 para cada ligação.

§ 2º — Para casas de residência própria, de operários, a juízo do Prefeito e a título precário, poderá ser concedida ligação de esgôto, sem as exigências da letra "a", desde que o proprietário apresente o recibo de pagamento do impôsto predial relativo ao exercício anterior.

§ 3º — Tratando-se de prédio que tenha instalação sanitária despejando em fôssa interna, poderá ser concedida a ligação de esgôto á rêde pública, sem a exigência da letra "a".

Art. 362 — As ligações de esgôto, para vila ou rua particulares, serão feitas separadamente, para cada casa, por meio de sub-ramais derivados de ramais-troncos Gerais, construidos á custa do proprietário e incorporados às rêdes da Prefeitura.

Art. 363 — Modificações posteriores nas ligações e que não forem de iniciativa da Prefeitura, bem como alguma substituição de material estragado, correrão por conta do proprietário.

## Capitulo II

## Do esgotamento e rêdes domiciliares

### Secção I

### Das águas residuais

Art. 364 — Destinam-se as canalizações de esgotos dos prédios, á coleta das águas residuais provenientes de latrinas, mictórios, pias de cosinha, tanques, de lavar roupas, lavatorios e banheiras, conduzindo-as á rêde geral de esgôtos sanitários.

Parágrafo único — É expressamente proibido escoar águas pluviais pelos condutos de esgotos sanitários dos prédios.

Art. 365 — Nos logradouros ainda não servidos de esgotos, serão as águas residuais encaminhadas para fôssas sépticas; e nem é permitido, sob pena de multa, deixar que corram livremente pelos quintais, ou pelas sargetas da via pública.

§ 1º — As fossas, perfeitamente cobertas, á prova de insetos e pequenos animais, ficarão afastadas, das habitações, dez metros pelo

menos.

§ 2º — Chegando a rêde de esgotos sanitários ao logradouro, não mais será tolerado o uso das fossas, que serão aterradas, logo feitas as ligações dos prédios ao coletor geral.

Art. 366 — É proibido lançar águas de esgôto, "in natura", aos córregos ou ribeirões, dentro e a montante da cidade, apenas o tolerando a Prefeitura quando, primeiro sejam convenientemente tratadas.

Art. 367 — Águas residuais que transportem materias capazes de obstruir a rêde de esgotos, principalmente as que procederem de cocheiras, garagens, açougues, restaurantes, passarão através de aparelhos de retenção, antes de irem ao coletor geral.

Art. 368 — Águas servidas, procedentes de matadouros, tinturarias, usinas de açucar, fábricas de papel, curtumes e outros estabelecimentos industriais, primeiro serão tratadas, segundo o ajuize a Prefeitura, para depois irem á rêde geral de esgotos ou aos cursos d'agua que atravessam a cidade. Ao serem encaminhadas ás rêdes de esgotos, estas águas terão temperatura máxima de 35º e estarão sempre neutralizadas.

## Secção II

## Dos ramais domiciliários

Art. 369 — Para os despejos do esgôto domiciliário, terá cada Prédio o seu ramal de ligação privativo. Este ramal será posto de uma peça de caixa de inspeção, de tampão imóvel, instalada de modo que fique bem assinalada superficialmente, e tão próximo, quanto possivel, do limite entre a propriedade e o logradouro.

Art. 370 — O ramal domiciliário de esgotos compreende um trecho externo, ou na via pública, e um trecho interno, ou dentro da propriedade.

§ 1º — Correrão sempre por conta do proprietário do prédio as despesas de desobstrução do trecho externo.

§ 2º — Serviços no trecho externo do ramal — isto é, do coletor geral até a junção com a peça ou a caixa de inspeção — Competem exclusivamente á Prefeitura, vedada qualquer interferencia de pessôa estranha.

Art. 371 — Os ramais domiciliários terão a declividade minima de três centimetros (0m,03), por metro linear, para um diâmetro minimo de dez

centimetros (0m,10) ou 4".

§ 1º Para o caso de edificios especiais, as condições técnicas de ramal serão fixadas pela repartição competente.

§ 2º - Quando as condições do terreno impuserem uma declividade inferior a 0m,03 por metro, para o ramal domiciliário, serão adotados meios especiais de lavagem, que assegurem a expulsão completa dos resíduos.

Art. 372 - Só será feita a ligação, pela Prefeitura, do ramal domiciliário à rede de esgotos, depois de verificada a fiel observancia do que dispõe êste Titulo sôbre instalações sanitárias internas, de prédios.

Art. 373 - Durante a construção do prédios, desde que o ramal seja para uso definitivo, poderá ser feita ligação provisória de esgôto, que sirva aos operários empregados na obra.

Paragrafo unico - É' proibida a abertura de fossas para serventia de operários, nas zonas servidas com redes de esgotos sanitários.

Art. 374 - Nos casos em que a situação topográfica de um prédio impeça o esgotamento direto pelo logradouro fronteiro, a Prefeitura providenciará a construção de um ramal coletor através de propriedades particulares, de acôrdo com o direito de servidão.

§ 1º - Os proprietários deverão permitir a passagem do ramal coletor pelas suas propriedades, desde que a imponham as condições topográficas do terreno.

§ 2º - O ramal coletor passará numa faixa de terreno não edificado e será construido de modo que não danifique as propriedades.

§ 3º - Cabe á Prefeitura a conservação dêsse ramal coletor, considerado integrante da rêde pública.

Art. 375 - Nas demolições de prédios ligados á rêde de esgotos sanitários, o construtor é obrigado a pedir por escrito o corte da ligação, que será feito gratuitamente.

## Secção III

## Das instalações internas

Art. 376 - Uma instalação interna de esgotos compreende:

a) o trecho interno do ramal domiciliário, desde a peça ou caixa de inspeção, inclusive, até a chaminé de ventilação;

b) as ramificações de despejo e de circulação de gases;
c) a Caixas de gordura e a fossa séptica, quando necessária;
d) aparelhos sanitários e acessórios.

Art. 377 — Nos prédios de residencia a instalação sanitária constará, ao minimo, de: a) um banheiro de aspersão; b) uma latrina e pertences; c) uma pia para água servida; d) um tanque de lavar roupa.

Art. 378 — As instalações domiciliárias de esgotos atenderão ás regras gerais que a seguir se enumeram.

I — Todos os aparelhos sanitários terão canalizações próprias e disporão de sifões desconectores convenientemente ventilados.

II — As águas servidas das pias de cozinha deverão ser lançadas em caixas de gordura ligadas, por meio de sifão, ao coletor dos outros despejos.

III — Os aparelhos receptores de águas residuais serão providos de quilhas para impedir a passagem de matérias que possam obstruir as canalizações de esgotos.

IV — O tubo de queda para descarga de latrina terá ao minimo três polegadas (3) de diâmetro, e, sempre que possivel, descerá verticalmente, não podendo, em caso algum, fazer com a vertical ângulo maior do que quarenta e cinco graus (45°).

V — O mesmo tubo de queda poderá receber os despejos de várias aparelhos sanitários, desde que tenha o diâmetro suficiente, de acôrdo com o numero dêles.

VI — A Chaminé de ventilação dos esgotos deverá elevar-se pelo menos, a um metro e meio (1m,50) acima do telhado do prédio, e ficar afastada das janelas e aberturas das casas vizinhas de modo que estas não venham ser invadidas pelos gases de esgotos.

VII — A chaminé de ventilação dos esgotos poderá ser o próprio tubo de queda prolongado acima do telhado, ou então constituida por um tubo de ferro fundido ou galvanizado com o diâmetro minimo de três polegadas (3"), assentado, sempre que possivel de encosto á parede externa do prédio; a este ventilador se ligarão os demais tubos de ventilação dos sifões desconectores, com as precauções indicadas pela técnica sanitária.

VIII — O diâmetro dos tubos de ventilação não será menor do que o diâmetro do respectivo sifão desconector.

IX – Toda a canalização de esgôto, dentro ou fora do prédio, deverá ser traçada em partes retas, tendo o menor número possivel de mudanças de direção ou de inclinação.

X – Executados os casos de necessidade, nenhum trecho da canalização principal do esgôto deverá ficar embutido nas paredes ou pisos do edificio.

XI – Nas mudanças de direção ou inclinação se instalará caixa ou peça apropriada, com capricho ou tempo de desobstrução, não se empregando, em tais mudanças, nem curvas de mais de um oitavo (1/8), nem cruzes ou tês sanitários.

XII – Nas ligação das ramificações de despejo com o tubo de queda, serão empregadas peças em ipsilon e curvas de um oitavo (1/8), ou tês sanitários; enquanto na ligação do tubo de queda com a canalização em declive, será empregada curva de um oitavo com ipsilon munida de tratoque, atarrachado no extremo livre da peça.

XIII – As canalizações de esgotos dos prédios deverão ser de ferro fundido ou galvanizado. Permitir-se-á o emprêgo de manilhas, apenas nos trechos externos, enterrados a conveniente profundidade e situados em áreas descobertas.

XIV – Nas ramificações de despejo, as manilhas terão o diâmetro minimo de três polegadas (3") e as junções dessa ramificações com o ramal domiciliário (trecho interno) serão feitas por meio de peças apropriadas ou caixas de inspeção.

XV – As manilhas serão assentadas em leito convenientemente preparado, bem socado e com declividade certa.

XVI – As juntas das manilhas deverão ser perfeitamente estanques, executadas com capricho, sem rebarbas internas.

XVII – Quando fôr necessária a passagem da canalização de esgôto por baixo dos alicerces das casas, deverá ser feita com todo o cuidado, empregando-se tubo de ferro fundido, isolado dos referidos alicerces.

Art. 379 – Os aparelhos sanitários deverão satisfazer os requisitos dos respectivos destinos; serão de tipos oficialmente aprovados e terão sifões e tubos de descarga com os diametros determinados pela técnica sanitária.

§ 1º – A latrina, particularmente, deverá preencher as seguinte condições:

a) ter sifões de obturação hidráulica, de três polegadas (3") de diâmetro minimo, munidos de orificio para ventilação;

b) ter forma simples, de uma só peça, sem revestimento de

alvenaria ou madeira, e ser feita de material apropriado, de superfície polida.

c) permitir fácil inspeção e limpeza, libertando-se de matérias livres ou pas
tas por descarga de dez a quinze litros;

d) ter o fecho hidráulico do sifão, no mínimo, cinco centímetros de altu
ra d'água, inalterável após a descargas de lavagem.

§ 2º - A lavagem das latrinas será feita por descarga provocada - e mui
to automática - mediante um dos seguintes processos: válvulas de fluxo (flush-valve),
caixa de sifonagem, de tipo silencioso; caixa comum de descarga com 10 a 15 litros de
capacidade, perfeitamente fechada, à prova de mosquitos, colocada a um metro e oitenta
centímetros (1m,80), no mínimo, acima do aparelho receptor e ligada a êste
por um tubo, cujo diâmetro terá uma polegada e um quarto (1 1/4").

§ 3º - As caixas para descarga de lavagem das latrinas terão alimen
tação regulada por fechos automáticos.

§ 4º - Os mictórios comuns atenderão aos seguintes requisitos:

a) serem construídos, com exclusão do cimento, de material resisten
te e impermeável, de superfície lisa;

b) terem admissão de água mediante um registro;

c) disporem uma caixa de descarga, em altura conveniente - quando
instalados em grupo.

§ 5º - No caso de latrinas auto-sifonadas, únicas assentes sem ven-
tilação, será feita uma ventilação direta pela extremidade do ramal a que se liguem ês-
tes aparelhos.

Art. 380 - Tôdas as instalações sanitárias deverão ficar em pa-
vimento acima do nível do passeio, a fim de o ramal de ligação não ter profundidade
superior a 1m,50, salvo a hipótese prevista no art. 389.

Art. 381 - A manilha de grês cerâmico atenderá às seguintes condi-
ções:

a) ser feita de barro de composição homogênea;

b) não apresentar bolhas, nem fendas ou outros defeitos;

c) ser bem vitrificada, polida por dentro, e claramente sonora a
percussão;

d) suportar à pressão de duas atmosferas;

e) ter forma de tubos retos, sem curvatura nem flecha, sa-

ção circular e espessura sensivelmente uniforme.

Art. 382 – Os projetos de construções, reconstruções, reformas, acréscimos e modificações de prédios, deverão subordinar a localização das latrinas, banheiras, lavabos, tanques, etc., às conveniencias de uma boa instalação sanitária, com facilidade de escoamento, ventilação e inspecção, segundo as indicações dêste Título.

Paragrafo único – Será sempre exigido que se indique a situação altimétrica exata dos aparelhos sanitários e canalizações de esgotos em relação ao meio fio de logradouro público.

Art. 383 – As exigências do artigo anterior e seu parágrafo único se aplicam também aos prédios já construidos, que não estejam ainda ligados á rêde de esgotos, devendo figurar nas respectivas plantas as indicações aqui exigidas.

Art. 384 – É privativo de cada prédio o seu serviço de esgotos, vedada a sua ramificação para outro prédio.

Art. 385 – A obstrução ou inutilização de esgotos alheios, quando necessário, será feita, gratuitamente, pela Prefeitura.

Art. 386 – As alterações ou ampliações dos serviços de esgotos domiciliários não podem afastar-se das linhas gerais estabelecidas neste Título, ficando aquele que deixar de observá-las, sujeito ás penalidades aqui prescritas.

## Capitulo III

### Do projeto, Execução e fiscalização dos Serviços domiciliares

Art. 387 – As instalações internas de esgôto serão projetadas e executadas por profissionais devidamente habilitados.

Art. 388 – Nas construções novas é obrigatória a apresentação do projeto das instalações domiciliares simultâneamente com o projeto de construção.

Art. 389 – O projeto poderá ser esquemático, mas conterá sempre indicações precisas sôbre os depósitos de água, aparelhos sanitários e canalizações principais, tudo de acôrdo com as determinações do presente Título.

Art. 390 – As demolições de prédios servidos de água e esgotos deverão ser, obrigatóriamente, notificadas por escrito á repartição competente.

Art. 391 – Os serviços domiciliários de água e esgôto serão fiscalizados pela Prefeitura e submetidos á prova sempre que fôr necessário.

Art. 392 – Nas obras em andamento as canalizações serão

podem ser cobertos por alêrros, muros, ou revestimento, antes de serem examinados por agentes da Prefeitura, os quais poderão exigir do responsável pelos serviços a remoção de qualquer obstáculo que se oponha á inspeção.

Paragrafo único — Quando, para o conveniente andamento das obras, for necessaria a cobertura de trechos das canalizações internas, deverá o responsável pelas instalações enviar aviso neste sentido á repartição competente, para que esta mande examinar os referidos trechos, dentro do prazo de 48 horas.

Art. 393 — A Prefeitura poderá exigir a substituição de material defeituoso e a modificação ou conserto das instalações domiciliárias que não estiverem de acôrdo com as disposições deste Titulo.

Art. 394 — Não serão ligadas ás rêdes gerais de esgotos os prédios, novos ou antigos, cujas instalações internas não tenham sido executadas segundo as prescrições regulamentares.

Art. 395 — Os proprietários são obrigados a manter as instalações domiciliares em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo a intervenção da Prefeitura nos casos em que se verifique a inobservância desta disposição.

§ 1º — Quando, nas instalações internas de esgôto forem encontrados estragos ou defeitos de funcionamento, o proprietário será intimado a mandar fazer as reparações necessárias dentro do prazo de dez dias, sob pena de multa.

§ 2º — Se a intimação não fôr cumprida, tornar-se-á efetiva a imposição da multa, que deverá ser paga dentro do prazo de cinco dias.

Art. 396 — Compete ao morador do prédio a desobstrução das canalizações internas, bem como a limpeza dos aparelhos sanitários, sifões, ralos, caixas de gordura, e lavagem dos depósitos domiciliares.

## Capitulo IV

### Do esgotamento das águas pluviais internas

Art. 397 — A solução de esgotamento pluvial do interior das propriedades fica a cargo do interessado, que usará os meios ao seu alcance, mas nos o de realizá-lo pelos aparelhos ou canalizações de esgotos sanitários.

Art. 398 — Quando no logradouro existir galeria de águas pluviais e a situação topográfica do terreno não permitir o escoamento para á sargeta, através de canalização por baixo do passeio, consentirá a Prefeitura que seja feita

ligação de esgoto pluviais na referida galeria.

Art. 399 – A concessão de ligação de esgôto pluvial será processada em requerimento, executando a Prefeitura a construção do ramal externo da ligação, por conta do interessado.

Art. 400 – As águas pluviais serão coletadas em caixas com ralos, de tipo oficialmente aprovado.

Art. 401 – A declividades e os diâmetros das canalizações de águas pluviais serão determinados pela repartição competente.

Art. 402 – Na construção de esgotos pluviais internos serão tomadas tôdas as precauções fim que não seja possivel a intercommunicação com os esgotos sanitários.

§ 1º – É expressamente proibido o despejo de águas servidas, nas canalizações de esgotos pluviais.

§ 2º – Quando fôr necessário, a passagem de canalização de águas pluviais por baixo de prédio, deverá ser feita com todo o cuidado, empregando-se tubo de ferro fundido ou manilhas envolvidas numa camada de concreto de espessura minima de 10 cm e de traço 1:3:5.

## Capitulo V

## Disposições Gerais

Art. 403 – É proibido a qualquer pessoa, mesmo a funcionários de outras repartições publicas, empreiteiros e emprêsas que explorem serviços publicos, intervir nas instalações de esgotos sanitários e pluviais, por qualquer pretexto, sob pena de multa de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00.

Art. 404 – Serão sempre adotadas, nos serviços novos, os melhoramentos que forem sancionados pela técnica sanitária.

Art. 405 – As infrações ás disposições deste Titulo serão punidas com multas de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00, aplicáveis em dôbro nas reincidências.

Art. 406 – O restabelecimento de ligação cortada em virtude de imposição de multa só se realizará depois de efetuar-se o pagamento da mesma e após o cumprimento da disposição violada que lhe deu motivo.

## Titulo V

## Do serviço telefônico

## Capitulo I

## Das Concessões

Art. 407 - A exploração ou concessão de telefones interestaduais cabe á União, nos têrmos da Constituição Federal, art. 5, item XII, observando-se, para as concessões intermunicipais, a legislação estadual respectiva.

## Capitulo II

## Das instalações

Art. 408 - A utilização das vias públicas, logradouros, estradas e caminhos municipais, para instalação de postes e qualquer aparelhamento necessário e útil ao serviço telefônico, obedecerá ás normas estabelecidas nos artigos seguintes.

Art. 409 - O plano de rêdes telefônicas, aéreas ou subterrâneas, na sede dos Municipios e distritos, deverá ser préviamente aprovada pela Prefeitura.

Art. 410 - A localização dos postes e outros aparelhos nas vias publicas e logradouros, deverá ser feita de preferência no alinhamento do meio-fio.

Art. 411 - Só será permitida a colocação de postes nos eixos das vias públicas, quando nestas existirem refúgios centrais, ainda que não ocupados pela posteação do serviço de iluminação.

Art. 412 - As linhas telefônicas aéreas poderão ser fixadas nos postes de iluminação publica, mediante permissão da emprêsa Concessionária ou da Prefeitura, se êste fôr o caso.

Art. 413 - A utilização dos postes de iluminação pública, para fixação das rêdes e aparelhamento do serviço telefônico, será objeto de contrato em que serão estipuladas as condições e taxas relativas a utilização dos postes, quando as instalações forem da Prefeitura ou do Estado.

Art. 414 - As rêdes aéreas do serviço telefônico poderão ser fixadas nas fachadas dos edificios, na vias publicas muito estreitas ou onde houver impossibilidade de serem colocados poste especialmente para o serviço telefônico.

Art. 415 - as rêdes telefônicas subterrâneas são obrigatórias nas ruas asfaltadas centrais da zona urbana, na sede do Municipio.

Art. 416 - só será permitido o emprêgo de postes de madei-

ra em ruas não pavimentadas.

Art. 417 - Nos centros urbanos, onde se instalarem rêdes aéreas telefônicas, só poderão ser utilizados para sua fixação postes de ferro, de trilho ou de concreto.

Art. 418 - A canalização da rêde subterrânea será construida de preferência nos trechos da via pública, no lado oposto á eletrica, se esta fôr subterrânea.

Parágrafo único - A canalização deverá ser colocada sempre próxima á calçada, ou no centro das vias publicas, quando houver refúgio central.

Art. 419 - A abertura e recomposição do calçamento nas vias públicas serão feitas por conta da emprêsa concessionária.

Art. 420 - A abertura de valetas nas vias públicas para as canalizações subterrâneas ou quaisquer outras obras e serviços, em que e tornar necessária a paralização do transito urbano, deverá ser precedida de autorização da Prefeitura.

Parágrafo único - A inobservância dessa exigencia dará á Prefeitura direito de embargar os serviços e aplicar multas a Emprêsa, até Cr$ 500,00.

Art. 421 - Tôdas as obras a executar para instalação do serviço telefônico na sede do municipio ou Distritos, não incluidas no plano aprovado, só poderão ser executadas mediante licença e autorização da Prefeitura sob pena de embargo e multa prevista no artigo anterior.

Parágrafo único - Estão sujeitos a esta obrigação todos os serviço telefônicos existentes, que são explorados, com ou sem contrato.

Art. 422 - As normas a que se referem os artigos 409 e 418 não são obrigatórias para os serviços já instalados na data de promulgação dêste Código, salvo o caso de ampliação da rêde, ficando os referidos serviços sujeitos ás condições técnicas estabelecidas nos respectivos Contratos.

Parágrafo único - Na medida do possivel deverão êsses serviços adaptarem-se gradativamente as condições deste Titulo, mediante entendimento com a Prefeitura, e a juizo desta.

Art. 423 - Todos os circuitos telefônicos devem ser trifilares, com protação conveniente. Sua resistência ohmica, entre o telefone e a respectiva estação, será no máximo de setecentos ohms, nas rêdes automá-

linhas e de bateria central, e de 1.200 ohms, nas de magneto.

Art. 424 — Onde não houver serviço concedido, os particulares podem construir linhas telefônicas para uso e exclusivo de suas propriedades.

Paragrafo único — A ocupação das vias públicas, caminhos e estradas municipais, por linhas particulares, dependerá de autorização expressa da Prefeitura.

# Título VI.

## Do serviço de transporte Coletivo

### Capítulo I

### Normas para Concessão

Art. 425 — O transporte coletivo no município só poderá ser feito por veículos previamente licenciados pela repartição de trânsito competente, e nas condições previstas no Código Nacional de Trânsito, no Regulamento de Veículos do Estado de Minas Gerais e neste Código.

Art. 426 — Para cada concessão serão fixados os itinerários e o número de veículos que se tornarem necessários para eficiência do serviço.

Art. 427 — Das propostas dos pretendentes á concessão deverá constar:

I — Relação dos percursos, com as distâncias em quilômetros;

II — Preço das passagens;

III — Número de veículos a serem postos em circulação e sua discrição;

IV — Número de viagens, por dia ou por semana, com o respectivo horário das partidas e chegadas.

Paragrafo único — Se o requerimento fôr de sociedade, deverá esta fazer prova de estar legalmente constituida.

Art. 428 — Os concessionários responderão administrativa e judicialmente pelos danos que causarem a pessoas e coisas transportadas em seus veículos.

Art. 429 — Qualquer modificação de itinerário, horário e preços de passagens sómente vigorará, depois de aprovada pela Prefeitura, e anunciada com antecedência de dez dias, no mínimo.

Art. 430 — Os horários de partida e chegada deverão

ser rigorosamente mantidos, não podendo ser descumpridos ainda que sob pretexto de recuperar atraso.

Parágrafo único - Nos pontos de refeição, o tempo de parada não poderá ser inferior a trinta minutos.

Art. 431 - O prazo da concessão será no máximo de 5 anos.

Art. 432 - A concessão caducará se os serviços não forem iniciados no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da assinatura do Contrato.

Art. 433 - Os Veículos de um concessionário não poderão, salvo expressa autorização da Prefeitura, transitar em outros trechos, conduzindo passageiros.

Art. 434 - Os veículos que ultrapassarem os limites do município, deverão ter espaço suficiente para condução das malas postais e para o transporte de bagagem dos passageiros.

Art. 435 - Todos os veículos deverão ter uma tabuleta indicando o seu destino, a qual possa ser lida à distância de 40 mts. durante o dia, e disponha de sistema de iluminação, para que possa ser vista à noite.

Art. 436 - Além das condições comuns exigidas de todos condutores de veículos, os motoristas de veículos de transporte coletivo são obrigados a:

I - Evitar paradas e partidas bruscas;
II - Não conversar quando o veículo estiver em movimento;
III - Atender, com regularidade, os sinais de parada;
IV - Tratar os passageiros com urbanidade;
V - Não fumar, quando em serviço;
VI - Não abandonar o veículo quando estacionado em ponto terminal.

Art. - 437 - Sempre que possível, a juízo da Prefeitura, será estabelecida a exigência de uniforme para a pessoal empregado no serviço de transporte coletivo.

Art. 438 - Nos Veículos de tração animal, empregados em serviço de transporte coletivo, deverá ser feita, obrigatóriamente, de seis em seis horas, sob pena de multa, a muda dos animais.

Parágrafo único - A Prefeitura manterá bebedouros para estes

animais, em pontos convenientes.

Art. 439 – Todo Veículo empregado no serviço de transporte coletivo deverá ser equipado com um aparelho extintor de incêndio, em condições de funcionamento, exceptuando-se os de tração animal.

Art. 440 – Os concessionários, ou seus prepostos, além das penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito e no Regulamento de Veículos do Estado, ficarão sujeitos mais ás seguintes multas, que serão impostas pela Prefeitura:

I – De cr$ 100,00 para cada viagem regulamentar interrompida que seja suspensa, salvo os casos de fôrça maior, e de 20 cruzeiros para cada viagem suspensa, se o serviço fôr urbano, sem motivo justificável.

II – de cr$ 5,00 a cr$ 20,00 para cada viagem atrasada sem causas justificada;

III – de cr$ 10,00 a cr$ 100,00 para as infrações das demais disposições dêste capítulo.

§ 1º – As multas serão cobradas em dôbro nos casos de reincidência.

§ 2º – A falta de pagamento das multas, no prazo fixado, constitui motivo para recisão da concessão, a juizo da Prefeitura, independentemente de qualquer indenização ao concessionário.

Art. 441 – Os proprietários de veículos que, na data de promulgação dêste Código, estejam explorando o serviço de transporte coletivo, deverão, dentro de 60 dias, regularizar a sua situação, de acôrdo com as normas dêste Título, salvo se se tratar de concessão regulada em contrato.

Parágrafo único – Não satisfeita esta exigência, abrirá a Prefeitura concorrência para concessão das respectivas linhas.

## Capítulo II

### Da estação rodoviária

Art. 442 – A estação rodoviária tem por fim centralizar e fiscalizar tôdas as linhas de transporte coletivo rodoviario, que tenham a cidade como ponto de partida ou chegada, no regime de concessão a que se refere êste Código.

Art. 443 – A Estação Rodoviária fará cumprir os horários, o preço das passagens e os fretes, aprovados pela Prefeitura.

Parágrafo único - O itinerário, os horários e os preços das passagens serão afixados na estação rodoviária, em lugar visível.

Art. 444 - Todo veículo das linhas municipais, sem prejuízo da vistoria do Serviço Estadual de Trânsito, será rigorosamente inspecionado pela estação rodoviária, para verificar se atende aos requisitos de conforto e segurança e às condições de conservação.

Art. 445 - Os veículos deverão estar na plataforma da Estação, completamente em ordem, dez minutos antes da hora da partida.

Parágrafo único - Se ocorrer motivo de força maior, que impeça a partida do veículo, deverá o concessionário dar o necessário aviso à Estação Rodoviária, com meia hora, no mínimo, de antecedência.

Art. 446 - A administração da Estação Rodoviária levará ao conhecimento da Prefeitura e dos órgãos especializados qualquer anormalidade que observar nos veículos que por ela transitarem.

Art. 447 - A venda de passagens e os despachos de volumes ficarão a cargo da Estação Rodoviária.

Parágrafo único - Por esses serviços e pelos uso da garagem os proprietários do veículos pagarão a taxa prevista nas leis tributárias do município.

Art. 448 - A cada passageiro será entregue, juntamente com a passagem, o número do lugar que irá ocupar no veículo.

Art. 449 - A contabilidade da Estação Rodoviária se regerá pelas normas de contabilidade da Prefeitura.

Art. 450 - A prestação de contas da administração da Estação Rodoviária aos concessionários far-se-á semanalmente, por demonstração escrita.

Art. 451 - Os alugueres das lojas existentes na estação, serão feitos mediante contrato escrito, precedido de concorrência pública ou administrativa.

Parágrafo único - O prazo dos alugueres poderá ser renovado anualmente, a juízo da Prefeitura.

Art. 452 - Haverá na Estação Rodoviária um livro próprio para registro de reclamações e sugestões.

Art. 453 – Ao encarregado da Estação Rodoviária incumbe especialmente:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Título e as instruções que forem expedidas pela Prefeitura Municipal;

b) organizar e submeter à aprovação da Prefeitura o regimento interno da Estação Rodoviária;

c) orientar e fazer executar todos os serviços da Estação, praticando os atos necessários à eficiência e bom andamento dos trabalhos;

d) inspecionar os veículos e controlar o seu movimento de entrada e saída, fazendo cumprir os horários.

## Título VII

## Dos matadouros e do abastecimento de Carne Verde

### Capítulo I

### Da localização, instalação e funcionamento dos matadouros

Art. 454 – Os matadouros, na cidade ou nas vilas do município, serão localizados nos sítios a êsse fim destinados pelo respectivo plano de urbanismo.

Parágrafo único – Na falta de plano de urbanismo, serão localizados em lugares distantes de, no mínimo, 500 metros de núcleo da população a jusante dêste, onde haja fácil abastecimento d'água para serventia do serviço, e próximo de curso d'água com vasão suficiente para despejo dos resíduos.

Art. 455 – Para construção e instalação de matadouros, deverão ser observadas as seguintes condições:

1º) – Dimensões de edifícios, compartimentos e dependências, compatíveis com a matança de animais em número correspondente ao dôbro, pelo menos, do necessário para o abastecimento diário da população existente na localidade a que deva servir.

2º) – O edifício compõr-se-á principalmente dos seguintes compartimentos, com as respectivas instalações: sala de matança, sangra e esquartejamento; o depósito de carne verde, o vestiário, as instalações sanitárias e o sanitário-laboratório;

3º) – Piso impermeabilizado, em todo o edifício, com inclinação suficiente para escoamento fácil e rápido de água e líquidos residuais;

4º) – Revestimento das paredes de todo o edifício com azulejos ou

outro material impermeável, até a altura de 2m,50, excetuando-se o escritório, em que é facultativo o revestimento. Nos ângulos internos das paredes o revestimento será feito com superfícies curvas;

5º)-Instalação de um reservatório d'água com capacidade suficiente para todos os serviços de lavagem e limpeza, bem como canalização ampla para coleta e escoamento das águas residuais;

6º)- Equipamento completo de aparelhos, utensílios e instrumentos de trabalho, de material inalterável quando submetidos ao processo de esterilização;

7º)- Esterilizadores para os aparelhos, instrumentos e utensílios;

8º)- Carros estanques para transporte de animais, carcaças e vísceras condenadas;

9º)- Currais, pocilgas e tôdas as dependências.

Art. 456- Os matadouros destinados a fins industriais, anexos a fábricas de produtos alimentícios, terão instalações proporcionais á natureza e amplitude das respectivas industrias, e serão construidos de acôrdo com projetos aprovados pela Prefeitura, observadas as disposições regulamentares e exigências do Departamento de Saúde Pública do Estado.

Art. 457- Junto ou próximo ao matadouro haverá um pasto fechado, com área suficiente para comportar, no mínimo, o dôbro do número de reses abatidas por dia. Junto haverá um curral destinado ao gado bovino e caprino, com área adequada ao movimento do matadouro.

Art. 458- As reses do córte serão recolhidas ao pasto ou curral pelo menos 24 horas antes da matança. Êste recolhimento se fará todos os dias á mesma hora, que será determinada pelo encarregado do matadouro.

Art. 459- As pocilgas serão divididas em diversos compartimentos, recebendo cada uma as porcas de um só dono e devendo elas ter capacidade para conter animais em número suficiente para a matança em dez dias.

Parágrafo único- As pocilgas serão dotadas de rêde de abastecimento d'água, de modo a facilitar a sua limpeza.

Art. 460- Será mantido um registro de entrada de ani-

mais, do qual constarão a espécie do gado, data e hora de entrada, estado dos animais, número de cabeças, nome do proprietário e as observações que forem julgadas necessárias.

Art. 461 - Os animais serão alimentados por conta dos respectivos donos. Na hipótese de ser utilizado o pasto anexo ao matadouro, pagarão os donos as taxas ou diárias previstas nas leis tributárias ou no regulamento do serviço.

Art. 462 - O encarregado do matadouro é responsável pela guarda dos animais confiados ao estabelecimento, não se estendendo essa responsabilidade aos casos de morte ou acidentes, fortuitos ou de força maior, que não possam ser previstos ou evitados.

Parágrafo único - Verificada a morte de qualquer animal recolhido ao matadouro será o seu proprietário notificado para retirá-lo dentro do prazo de 3 horas. Findo o prazo, sem que a notificação haja sido atendida, o encarregado mandará fazer a remoção do animal correndo tôdas as despesas por conta do proprietário que será ainda passível de multa.

Art. 463 - Nenhum animal poderá ser abatido sem o prévio pagamento do impôsto ou taxa a que o marchante ou açougueiro estiver sujeito, na forma da legislação tributária do município.

Art. 464 - O matadouro será administrado por um encarregado a quem compete especialmente, além de outras atribuições normais:

a) permanecer no recinto do matadouro em constante inspeção do serviço, dêsde o início até o término dêste;

b) providenciar imediatamente no caso de qualquer anormalidade, communicando o fato ao Prefeito;

c) distribuir o pessoal do matadouro de acôrdo com as necessidades do serviço;

d) manter a ordem e disciplina no matadouro.

## Capítulo II

### Da matança e inspeção sanitária

Art. 465 - É indispensável o exame sanitário dos animais destinados ao abate, sem o que êste não será efetuado.

Parágrafo único - O exame será realizado no gado em pé, no curral anexo ao matadouro, por profissional habilitado, e na falta dêste pelo próprio encarregado do estabelecimento.

Art. 466 – Em caso de exame realizado pelo encarregado, e quando não seja possível ouvir-se um profissional habilitado, a simples suspeita de enfermidade determinará a rejeição dos animais.

Art. 467 – Os reses rejeitadas em pé serão retiradas do curral pelos seus proprietários, sendo a rejeição anotada no registro próprio.

Parágrafo único – O encarregado poderá impedir a entrada de reses que possam, desde logo, ser reconduciadas como impróprias para matança.

Art. 468 – É expressamente proibida a matança, para o consumo alimentar de:

a) animais que não sejam das espécies bovina, suina, ovina ou caprina;

b) vitelos com menos de 4 semanas de vida;

c) Suinos com menos de 5 semanas de vida

d) ovinos e Caprinos com menos de 2 semanas de vida;

e) animais que não hajam repousado, pelo menos 24 horas, no pasto ou curral anexo ao estabelecimento;

f) animais caquéticos ou extremamente magros;

g) animais fatigados;

h) vacas em estado de gestação;

i) vacas com sinais de parto recente.

Parágrafo único – Os donos dos animais rejeitados são obrigados a retirá-los no mesmo dia do recinto do matadouro, sob pena de multa.

Art. 469 – É considerado impróprio para o consumo alimentar, e passível de rejeição preliminar ou de condenação total, todo animal em que se verifique, quer no exame a que se refere o art. 465, quer no exame das carnes e vísceras, a existência de qualquer das enfermidades referidas no art. 708 do Regulamento de Saude Publica do Estado.

Art 470 – A matança começará á hora determinada pelo encarregado do matadouro, e será feita por grupo de gado pertencente a cada marchante, por ordem de quantidade ou de entrada no cu-

Tadouro.

Art. 471 – Qualquer que seja o processo de matança adotado, com aprovação do Prefeito, é indispensável a sangria imediata e o escoamento do sangue das reses abatidas.

Art. 472 – Para esfolamento e abertura serão os animais suspensos em ganchos apropriados e procedei-se-á de modo a evitar o contato da carne com a parte calejada do couro e com as sujeiras.

Art. 473 – O exame do animal abatido será feito na ocasião da abertura das carcassas e sua evisceração, por profissional habilitado ou pelo encarregado do matadouro, observada a norma do art. 466; serão examinados cuidadosamente os gânglios, vísceras e outros órgãos, e condenados e apreendidos o animal, a carcassa ou parte da carcassa, as vísceras ou órgãos julgados impróprios para o consumo alimentar.

Art. 474 – Os animais, as carcassas ou parte delas, as vísceras, os orgãos ou tecidos, condenados como impróprios para o consumo alimentar, serão removidos em carros estanques para sua inutilização na forma do art. 475, ou aproveitamento industrial permitido.

Art. 475 – Os animais abatidos ou que hajam morrido nos pastos e currais anexos aos matadouros, portadores de carbúnculo bacteriano, raiva ou quaisquer outras doenças contagiosas, serão escoados com a pele, chifres e cascos.

§ 1º – O local, os utensílios ou instrumentos de trabalho que tiverem estado em contato com qualquer carcassa, orgão ou tecido do animal portador de carbúnculo bacteriano, raiva ou qualquer outra moléstia contagiosa, serão imediatamente desinfetados e esterilizados.

§ 2º – Os empregados que tiverem manuseado carcassas, vísceras ou órgão desses animais, farão completa desinfecção das mãos e do vestuário, antes de reiniciarem o trabalho.

Art. 476 – O sangue, para uso alimentar ou fim industrial, será recolhido em recipientes apropriados, separadamente, para ser entregue ao proprietário dos animais.

Parágrafo único – Verificada a condenação de um animal, cujo sangue tiver sido recolhido e misturado ao de outros, será inutiliza-

do todo o conteúdo do respectivo recipiente.

Art. 477 – As carnes consideradas boas para o consumo alimentar serão recolhidas ao depósito de Carne Verde, até o momento de seu transporte para os açougues.

Art. 478 – Depois da matança do gado e da inspeção necessária, serão as vísceras, consideradas boas para fins alimentares, lavadas em lugar próprio e colocadas em vasilhas apropriadas para o transporte aos açougues.

Art. 479 – Os couros serão imediatamente retirados para os cortumes proximos, ou salgados e depositados em lugar para tal fim destinado.

Art. 480 – É' proibida, sob pena de apreensão e inutilização, a insuflação de ar ou qualquer gás nas carnes dos animais abatidos.

Art. 481 – As condenações e inutilizações totais ou parciais serão registradas, com especificação de sua causa, em livro próprio, a que se refere o art. 467.

Art. 482 – Se qualquer doença epizoótica fôr verificada nos animais recolhidos nos pastos ou currais do matadouro, o encarregado providenciará o imediato isolamento dos doentes e suspeitos, em locais apropriados.

Art. 483 – Os animais encontrados mortos nos currais poderão ser autopsiados, a fim de ser determinada a "causa-mortis", concedendo-se sua utilização, para fins industriais, desde que não incidam no artigo 475.

## Capitulo III

## Disposições Gerais

Art. 484 – Nenhum gado destinado ao consumo público poderá ser abatido fora do matadouro, sob pena de multa.

§ 1º – Nas Vilas e povoados, onde não houver matadouro, o gado bovino e suino destinado ao consumo público, depois de examinado pelo respectivo fiscal ou profissional por êles indicado, será abatido em lugar previamente determinado, aplicando-se no que couber as disposições deste Titulo.

§ 2º – Será, no entanto, permitida matança de gado bovino, para o consumo normal da população, em xarqueadas acaso existentes, já fiscalizadas pelo ministério da Agricultura, até que se construa o Matadouro Municipal.

§ 3º – Nas xarqueadas a que se refere o paragrafo anterior,

a Prefeitura exercerá, por técnicos ou funcionários para isso designados, a fiscalização prescrita para a matança e distribuição.

Art. 485 – Além da fiscalização prevista, exigir-se-á nas xarqueadas o cumprimento das condições e medidas sanitárias constantes deste título.

Art. 486 – As taxas referentes á matança e ao transporte de carnes verdes do matadouro aos açougues, serão cobradas de acôrdo com a legislação tributaria do municipio.

Parágrafo único – Nas xarqueadas, observado o disposto nos artigos anteriores, exigir-se-ão as taxas e tributos em vigor.

Art. 487 – O serviço de transporte de carnes do matadouro para os açougues será feito em veiculos apropriados, fechados e com dispositivos para ventilação, observando-se, na sua construção interna, tôdas as prescrições de higiene.

§ 1º – Os transportadores de carnes deverão manter as suas vestes em perfeito estado de asseio, e serão obrigados a lavar, diáriamente, os respectivos veiculos.

§ 2º – As carnes de porco, carneiro e cabrito poderão também ser conduzidas para os açougues em taboleiros ou cestos com cobertura de tela de arame.

Art. 488 – É expressamente proibido, na cidade e vilas, manter-se, em pátios particulares, gado de qualquer espécie destinado ao corte.

## Capitulo IV

## Dos açougues e do abastecimento de carnes verdes

Art. 489 – A venda a varejo, no perimetro da cidade e vilas, de carne verde, toicinho e visceras só poderá ser feita em recintos apropriados e que preencham as seguintes condições:

1) terão área minima de 16 metros quadrados;

2) poderão ter ligação interna somente com os compartimentos destinados ao próprio açougue, como vestiário e instalação sanitária. A ligação com a instalação sanitária não será direta, fazendo-se através do vestiário ou de um corredor;

3) as portas serão de grade de ferro, providas de

tela metálica;

4) Haverá em todas as paredes externas vãos de ventilação com altura mínima de 1,00 m e maior largura possível. Serão colocados à altura mínima de 2,20 m. de piso e dotados de caixilhos de ferro basculantes, cujas bandeiras ocuparão o vão total;

5) As paredes serão revestidas até a altura de 2,00 m. de azulejos brancos ou de outro material liso, resistente, impermeável, de côr clara e de fácil limpeza. As juntas serão tornadas com material impermeável. As paredes, acima dessa altura, o teto, as portas e caixilhos, serão pintados a óleo, a cores claras;

6) o teto será constituido de laje de concreto armado;

7) o piso será revestido de ladrilhos hidráulicos, de côres claras, com inclinação suficiente para o escoamento das águas de lavagem. No piso serão instalados ralos sifonados para a captação dessas águas;

8) Os ângulos de interseção das paredes, entre si, com o piso e com o teto, serão substituidos por superfícies curvas de concordância;

9) Terão instalação de água corrente abundante;

10) O balcão será de mármore ou de pedra plástica, sendo a base de alvenaria de tijolos revestida do mesmo material impermeável, com que o forem as paredes;

11) Serão, sempre que necessário, dotados de câmaras frigoríficas, de capacidade conveniente;

12) Disporão de armação de ferro ou aço polido, fixa às paredes ou ao teto e a que serão suspensos, por meio de ganchos do mesmo material, os quartos de reses para talho;

13) os compartimentos destinados a corredor ou salas, vestiário e instalações sanitárias terão seu piso, paredes e tetos, com o mesmo alabaimento da sala principal. Haverá, pelo menos, uma privada e um lavatório de louça ou ferro esmaltado;

14) Quando o açougue não dispuser de câmara frigorífica ou não fôr de capacidade suficiente, será adotado o sistema de chassis telados para proteção contra moscas.

Art. 490 - Os açougueiros deverão observar as seguintes

disposições:

1) São obrigados a manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene, não lhes sendo permitido ter no mesmo qualquer ramo de negócio diversos do de sua especialidade, bem como guardar na sala de talho objetos que lhes sejam estranhos;

2) a carne não vendida até 24 horas após sua entrada no açougue será incontinenti salgada e só neste estado poderá ser dada ao consumo da população, salvo a hipótese de ser conservada em câmaras frigoríficas;

3) Na carne com osso, apêso desta não poderá exceder de 200 gramas por quilo;

4) tôda carne vendida e entregue a domicilio sòmente poderá ser transportada em carros apropriados ou em tabuleiros ou cestos cobertos de tela de arame;

5) não admitir ou manter no serviço empregados que não sejam portadores de carteiras sanitária ou atestado médico de que não sofrem de moléstias contagiosas.

Art. 491 — As carnes e toucinhos importados de outros municipios, só poderão ser vendidos á população local mediante a exibição dos documentos que provem terem sido pagos, no Municipio de procedência, os impostos e taxas devidos.

Art. 492 — É expressamente proibido o transporte, para os açougues, de couros, chifres e residuos, conciderados prejudiciais ao asseio e higiene do estabelecimento.

Art. 493 — Os proprietários dos açougues deverão cuidar em que, nos respectivos estabelecimentos, não seja permitida a entrada de pessoas portadoras de moléstias contagiosas ou repugnantes, com fundamento nas disposições regulamentares da Saúde Pública.

Art. 494 — Os cortadores e vendedores, sejam proprietários ou empregados, serão obrigados a usar sempre aventais e gorros brancos mudados diariamente.

Art. 495 — Nenhuma licença para abertura de açougues se concederá senão depois de satisfeitas as exigencias a que se

refere o artigo 489.

Art. 496 – Os açougues existentes na cidade e vilas, á data da promulgação deste código, e que não satisfaçam ás normas prescritas no art. 489, deverão adotar-se ás mesmas no prazo de 6 meses.

Parágrafo único – A Prefeitura examinará em cada caso concreto as remodelações realizadas para efeito de sua aprovação.

## Capitulo V

## Das infrações e das penas

Art. 497 – Incorrerá nas seguintes multas, elevadas ao dôbro nas reincidências, aquêles que:

I – De cr$ 50,00 a cr$ 200,00;

a) abater gado de qualquer espécie fora do matadouro, na cidade, ou fora dos lugares apropriados, nas vilas;

b) vender carne verde ou toucinho fresco fora dos açougues, salvo o caso da distribuição a domicilio previsto no art. 490, item 4;

c) abater gado de qualquer espécie, com sintoma de molestia, ou sem o prévio pagamento das taxas devidas;

d) vender carnes e toucinho procedentes de outros municipios, sem provar terem sido pagas as taxas respectivas;

e) abater gado de qualquer espécie fora dos matadouros ou dos lugares designados, com o fito de entrega-los ao consumo publico.

II – De cr$ 30,00 a cr$ 50,00:

a) abater gado de qualquer espécie, antes do descanso necessário, e vacas, porcos, ovelhas e cabras em estado de gestação;

b) vender ou depositar qualquer outro artigo no recinto destinado ao retalho e venda de carnes;

c) transportar para os açougues, couros, chifres e demais restos de gado abatido para o consumo;

d) deixar permanecer nos currais dos matadouros, por mais de 3 horas, animais mortos de sua propriedade, ou deixar de retira-los, no mesmo dia, os que forem rejeitados em exame procedido pela autoridade competente.

III - De Cr$ 20,00 a Cr$ 100,00:

a) transportar carnes verdes em veículos não apropriados, salvo motivo de fôrça maior e com consentimento prévio da autoridade competente;

b) atirar ossos ou restos de carne nas vias públicas;

c) fôr encontrado servindo nos açougues sem o uso de aventais e gorros.

Art. 498 - Por infração de qualquer dispositivo dêste título, para que não esteja prevista pena especial, serão impostas multas de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00, elevadas ao dôbro nas reincidências, respeitado o máximo legal.

## Título VII

## Dos mercados e feiras livres

### Capítulo I

### Dos mercados

Art. 499 - O Mercado é o estabelecimento público, sob administração e fiscalização do Govêrno Municipal, destinado ao varejo de gêneros alimentícios e produtos da pequena indústria animal, agrícola ou extrativa. Havendo espaço, pode o Prefeito autorizar, a título precário, e mediante licença especial, a exposição e venda de outros artigos.

Art. 500 — Nos mercados, o comércio poderá fazer-se em comodos locados ou em espaços abertos, tudo na forma e condições adiante estabelecidas.

Parágrafo único — Aquêle que exercer atividades comerciais no recinto dos mercados municipais fica obrigado a observar as disposições dêste Capítulo, além das do regulamento que a Prefeitura baixar sôbre a matéria.

Art. 501 - Os mercados estarão abertos ao público das 6 ás 17 horas, diàriamente, inclusive domingos, feriados e dias Santos. Em casos especiais, sendo de interêsse público, a Prefeitura poderá modificar o horário. Às sextas e Sabados funcionarão até as 20 horas.

Parágrafo único — É inteiramente livre a entrada e saí-

da de pessoas nas horas regulamentares. No recinto dos mercados, porém, ficam todos sujeitos á ordem e disciplina internas, sendo punido com multa e expulsão, e, nos casos graves, vedação da entrada, quem transgredir preceitos de higiene e policia.

Art. 502 - Não é permitida aos mercados a revenda de quaisquer mercadorias. A venda em grosso só é permitida depois das 11 horas, observado o que dispõe o art. 513.

§ 1º - Para efeito deste artigo, entende-se por Comércio em grosso aquêle em que o comprador adquiri mercadorias em quantidade superior á do seu consumo mensal; por revenda aquêle em que o comprador vende a mercadoria no local em que a comprou.

§ 2º — Os vendedores de frutas, legumes, hortaliças e outros viveres de rápida deterioração, não conseguindo dispor de tôda a carga no horário até ás 10 horas, poderão vendê-la, para revenda, a locatários de lojas ou a ambulantes que se destinem a outros pontos da cidade ou vilas.

Art. 503 - As mercadorias que, levadas aos mercados, não forem vendidas até 17 horas, poderão ser guardadas em cômodo a isso destinado, mediante o pagamento da armazenagem, por 24 horas ou fração, de Cr$ 1,00 volume até 60 kg. As aves serão depositadas em gaiolas especiais e a armazenagem é de Cr$ 0,20 por cabeça.

Parágrafo único — A disposição dêste artigo não aproveita aos vendedores de que trata o artigo 502, § 2º.

Art. 504 - Nenhum produto pode ser exposto á venda nos mercados se não estiver acondicionado:

a) os legume, hortaliças, raizes, etc., em tabuleiros;

b) as frutas e ovos em cestos ou caixas;

c) os grãos e cereais em sacos ou barricas;

d) as aves em gaiolas gradeadas ou tecidas, com soalho de zinco;

e) o toucinho, carne verde e peixe em mesas de mármore, pedra plástica ou ferro esmaltado, com calhas.

§ 1º — As mercadorias devem ser expostas em estrados, mesas, balcões ou mostruários adequados.

§ 2º — Os negociantes de carne verde, toucinho, animais

abatidos, observando ainda, no que couber, as disposições do Título III.

Art. 505 – É expressamente proibida, nos mercados públicos, a venda de gêneros alimentícios deteriorados, frutas verdes ou em começo de decomposição, confeitos em mau estado de conservação e quaisquer outros artigos em estado de ser considerados nocivos á saude Pública.

Parágrafo único – Os gêneros ou artigos expostos á venda, sem a observância do estabelecido neste artigo, serão apreendidos e inutilizados, independentemente de qualquer indenização, ficando, ainda, o vendedor sujeito a multa.

Art. 506 – O administrador do mercado regulará a distribuição de áreas de modo a satisfazer ao maior numero de pretendentes sem, com tudo, prejudicar o trânsito e circulação interna, podendo, para isso, colocá-los em renques alinhados ou por grupos.

§ 1º – A nenhum pretendente se concederá espaço maior do que o necessário ao seu comércio, podendo ser reduzido o que alem disso se verificar ser excessivo.

§ 2º – O aluguer de áreas nos mercados ou sua utilização dependem do pagamento das taxas previstas nas leis tributárias do Municipio, salvo o disposto no art. 508

§ 3º – A Prefeitura poderá conceder local permanente nos mercados, a requerimento dos interessados e mediante o pagamento das taxas devidas.

Art. 507 – É' proibido o estacionamento, no recinto dos mercados, dos veiculos e animais empregados na condução de gêneros, os quais deverão ser retirados, imediatamente após o descarregamento, para os locais a isso destinados.

Parágrafo único – Nos arruamentos onde não fôr permitido o trânsito de veiculos ou animais, todo o serviço de transporte, inclusive a coleta do lixo, será feito em carros ou carrocinhas puxadas a mão.

Art. 508 – Os que só vendem frutas, legumes, hortaliças, raizes, tubérculos e outros gêneros alimentícios da sua pequena e própria lavoura ou industria caseira são isentos da taxa de locação de espaço.

§ 1º – Para gozar dessa isenção deve o pretendente reque-

rer ao Prefeito sua matrícula como pequeno produtor, provando:

a) que é proprietário ou cultivador de terreno, ou, tratando-se de industria, que não tem estabelecimento e só a explora em sua propria casa ou dependências.

b) que produz em pequena escala.

§ 2º - Feita a matrícula, será fornecida ao matriculado uma placa numerada que deverá ser mantida bem visivel no local de vendas.

§ 3º - As matrículas são renovaveis anualmente, exigindo-se, na renovação, as mesmas provas de que trata o paragrafo primeiro deste artigo, e mais atestado do administrador do mercado quanto à boa conduta do produtor.

§ 4º - Serão imediatamente canceladas as matrículas obtidas fraudulentamente.

Art. 509 - As lojas, açougues e demais cômodos serão alugados, mediante concorrência pública, a quem mais der acima do preço fixado pela Prefeitura. No caso de serem apresentadas duas ou mais propostas com o mesmo preço, dar-se-á preferência, em igualdade de condições, a quem já ocupa o cômodo e, na falta, ao proponente que fôr maior contribuinte dos cofres municipais.

§ 1º - As concorrências serão abertas pelo prazo de 15 dias, devendo constar do edital, além das condições acima estipuladas, o numero e a área do cômodo, o preço minimo do aluguel e o prazo do contrato, nunca maior de três anos.

§ 2º - Aceita a proposta, antes da assinatura do contrato de locação, prestará o proponente fiança correspondente a três meses do aluguel oferecido, como garantia do pagamento dêste, de multas que acaso lhes forem impostas e de reparos que a Prefeitura tiver de fazer decorrentes de estragos causados pelo locatário. O depósito será restituido quando findar a locação, feitas as deduções regulamentares cabiveis, se êste fôr o caso.

§ 3º - Os alugueres serão pagos adiantadamente até o dia 5 de cada mês e, em caso de mora, com a multa de 20%.

Art. 510 - Ninguem poderá alugar mais de um cômodo, por si ou por interposta pessoa, para o mesmo ou diverso ramo de negócio.

Art. 511 - O locatário de cômodo é obrigado a:

a) mantê-lo em perfeito estado de asseio e higiene, bem como o passeio fronteiro;

b) mobiliá-lo de acôrdo com as necessidades de seu ramo de comércio, precedendo licença do Prefeito sempre que para isso forem necessárias obras de qualquer natureza.

c) conservá-lo e entregá-lo, findo o prazo de locação, no estado em que o houver recebido.

d) ter seus próprios pesos e medidas.

§ 1º - É vedado ao locatário:

a) sublocar o cômodo, no todo ou em parte;

b) fazer construções, reconstruções ou modificações sem autorização do Prefeito;

c) depositar quaisquer objeto ou mercadorias no passeio ou nos arruamentos, ou dependurá-los, por qualquer processo, do lado de fora da loja;

d) forçar a venda, cercar ou tomar freguezes e anunciar perturbando a ordem;

e) ocultar ou recusar vender mercadoria que possua.

Art. 512 - A locação de cômodos ou a concessão de áreas, haja ou não contrato ou aluguer pago, não criam para os respectivos titulares direito oponivel ás medidas de higiene ou de policia que a Prefeitura julgar oportuno pôr em pratica no interêsse Geral. Essa disposição constará expressamente de todos os contratos e titulos de concessão, como uma das cláusulas essenciais.

Art. 513 - É expressamente proibido atravessar gêneros destinados ao consumo público, tenham ou não dado entrada nos mercados.

Parágrafo único - Consideram-se atravessadores de Gêneros:

a) os que comprarem, no todo ou em grande parte, gêneros destinados aos mercados públicos, ou que por qualquer forma concorrerem para que o produto não dê ali entrada, pouco importando que o ato incriminado seja praticado em estradas públicas ou particulares, nas ruas da cidade ou vila, ou nas arredores do Municipio;

b) os que, com notícias tendenciosas ou intento malicioso, induzirem os condutores de gêneros a não levar o produto aos mercados.

Art. 514 – Na disciplina interna dos mercados ter-se-á em vista:

a) manter a ordem e o asseio do estabelecimento;

b) assegurar o seu aprovisionamento;

c) proteger os pequenos produtores e os consumidores contra as manobras prejudiciais aos seus interêsses;

d) velar pela salubridade dos víveres e mantimentos expostos á venda.

Art. 515 – É expressamente proibido dentro dos Mercados:

a) ajuntamento de pessoas que, não estando vendendo ou comprando, embaraçarem o comércio;

b) fazer algazarra, provocar tumultos ou discussões de qualquer natureza;

c) a presença de louco, ébrio, turbulento, ou doente de moléstia infecto-contagiosa ou repugnante;

d) danificar qualquer parte ou dependência dos mercados, escrever ou pintar nas paredes;

e) praticar atos ofensivos á moral;

f) atirar cascas de frutas ou papéis no recinto dos mercados;

g) atirar lixo dentro ou nas imediações dos mercados.

Art. 516 – Aos infratores das disposições dêste capítulo serão aplicadas as seguintes multas, elevadas ao dôbro nas reincidências:

a) de Cr$ 100,00 a Cr$ 500,00 pelas transgressões dos arts. 505 e 513;

b) de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00 pelas transgressões dos demais artigos dêste capítulo.

## Capítulo II

## Das Feiras Livres

Art. 517 – A feira livre se destina ao comércio de gêneros alimentícios, aves, frutas e legumes, utensílios culinários e outros artigos de pequena indústria, para abastecimento doméstico e facilidade de venda direta do pequeno produtor ou criador aos consumidores.

Art. 518 – O serviço de fiscalização será superintendido e executado por funcionário municipal para isso designado.

Art. 519 – A feira livre funcionará em dia, hora e lugar designados pelo Prefeito, segundo o aconselhar o interesse público.

Parágrafo único – À hora fixada para o encerramento da feira, os feirantes suspenderão as vendas, precedendo à desmontagem das barracas, balcões, tabuleiros e respectivos pertences e à remoção rápida das mercadorias, de forma a ficar o recinto livre e pronto para o início imediato da limpeza.

Art. 520 – A Prefeitura fará examinar os produtos postos à venda na feira, mandando retirar imediatamente aquêles que não estiverem em condições de ser dados ao consumo público.

Art. 521 – A colocação das barracas, mesas, tabuleiros, balcões ou pequenos veículos nas feiras livres será feita segundo o critério de prioridade, realizando-se, tanto quanto possível, o agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias.

Art. 522 – Os veículos que conduzirem mercadorias ou que sejam destinados à exposição da própria mercadoria transportada, serão postos em ordem e em local designado pelo fiscal da feira, de maneira a facilitar o trânsito público.

Art. 523 – Na colocação das barracas, deverá ser observado o espaço necessário para passagem do público.

Art. 524 – Os gêneros alimentícios, frutas e legumes, deverão ser expostos à venda em mesas, tabuleiros, balcões, caixas, cestos ou pequenos veículos.

Art. 525 – Para venda, na feira livre, de carne de qualquer espécie, ou animais abatidos, devem ser observadas, no que couber, as disposições do Título VII.

Art. 526 – As carnes, salames, salsichas e produtos similares, deverão ser suspensos em ganchos de ferro polido ou estanhado ou colocados sôbre mesas ou em recipientes apropriados, observados rigorosamente os preceitos de higiene.

Art. 527 – Para a venda de peixes é obrigatória a utilização de um recipiente estanque, destinado a receber quaisquer resíduos, observando-se ainda as normas de higiene aconselháveis para o caso.

Art. 528 – O leite e produtos laticínios, à venda, deve-

não ser conservados em recipientes apropriados a prova de pó e outras impurezas, satisfeitas ainda as demais condições de higiene.

Art. 529 - É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas na feira livre.

Art. 530 - Os feirantes, por si ou por seus prepostos, são obrigados a:

a) acatar as determinações regulamentares feitas pelo fiscal e guardar decôro para com o público, abstendo-se de apregoar suas mercadorias, com algazarra;

b) manter em perfeito estado de higiene as suas barracas ou balcões e aparelhos, bem como os utensilios empregados na venda de seus artigos;

c) não iniciar a venda de suas mercadorias antes do horário regulamentar, nem prolongá-la além da hora de encerramento;

d) não ocupar área maior que a que lhes for concedida na distribuição de locais a que se refere o art. 521;

e) não deslocar as suas barracas ou taboleiros para pontos diferentes daqueles que lhes forem determinados;

f) colocar etiquetas com os preços das mercadorias.

Paragrafo único - Nas feiras livres não serão empregadas balanças ou quaisquer aparelhos e instrumentos de pesar ou medir sem que êstes hajam sido devidamente aferidos pela Prefeitura nos termos do Capitulo III, do Titulo I, deste Código.

Art. 531 - As infrações dos dispositivos constantes deste Capitulo serão punidas com multa de Cr$ 10,00 a Cr$ 100,00, elevadas ao dôbro nas reincidências, sem prejuizo da ação policial que couber.

## Titulo IX

## Do Serviço funerário

Art. 532 - As disposições dêste Titulo referem-se especialmente ao serviço funerário quando explorado diretamente pelo Municipio ou no regime de concessão.

Art. 533 - A prestação do serviço será feita mediante pagamento de taxas constantes de tabelas aprovadas anualmente

pela Prefeitura, com base no respectivo custo.

Art. 534 - Para exploração de serviço funerário são indispensáveis as seguintes condições:

a) existencia de uma oficina aparelhada para o fabrico de caixões, reparações de materiais e serviços correlatos:

b) manutenção em perfeito estado de funcionamento e conservação dos veiculos destinados ao transporte de féretros, quando fôr êste o sistema utilizado;

c) obrigação de fornecer gratuitamente, mediante requisição da Prefeitura, pelo menos 2 caixões por mês para enterramento dos indigentes falecidos no Municipio. Os caixões fornecidos além dêsse número minimo mediante requisição da Prefeitura, serão por esta pagos, observadas a tabela aprovada.

Art. 535 - As taxas relativas a inhumações e devidas á Prefeitura poderão ser arrecadadas pela emprêsa funerária, que se obriga a recolher aos cofres municipais, até o dia 5 de cada mês, a importância relativa ao mês anterior, de acôrdo com o balancete apresentado pela administração do cemitério, com aprovação da Prefeitura.

Art. 536 - A emprêsa ou concessionário deverá estar aparelhada para ornamentação de salas mortuarias, ereção de eças e tudo mais que possa ser reclamado para as solenidades fúnebres.

Art. 537 - É obrigatória a disinfecção dos coches fúnebres e utensilios, empregados nos velórios, após cada utilização.

Art. 538 - O caixão deverá ser fornecido dentro de 3 horas após o pedido, e o veiculo, quando utilizado, 15 minutos antes da hora marcada para o enterro.

Art. 539 - A emprêsa ou concessionário deverá atender aos interessados diáriamente das 7 ás 20 horas.

Art. 540 - Os coches, féretros ou outros materiais utilizados no serviço funerário não poderão ser mantidos a vista do publico nos locais ou depósitos onde se guardam.

Art. 541 - As demais condições de prestações do serviço funerário, em regime de livre concorrência, são aplicáveis as disposições do art.

536 a 540, ambos inclusive.

§ 1º - As empresas ou particulares, a que se refere êste artigo, não poderão, sob qualquer pretexto, negar-se a atender as encomendas de caixões ou serviços de sua especialização que lhes sejam feitas.

§ 2º - A prestação do serviço funerário, a que se refere êste artigo, deverá ser feita mediante o pagamento de taxas fixas anualmente, com a necessária descriminação de classes. As tabelas, de que se enviará cópia á Prefeitura para efeito de fiscalização, serão afixadas em lugar visivel no estabelecimento.

Art. 542 - As infrações ao disposto no artigo anterior serão punidas com multa de Cr$ 100,00 a Cr$ 500,00 elevada ao dôbro nas reincidências.

Art. 543 - Revogam-se as disposições em contrario entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contem e declara.

Prefeitura Municipal de Pedralva, 15 de setembro de 1948.

(a) José de Oliveira Lopes (a) Benedito Nicodemos Silva

Prefeito Municipal Secretario

Publicada em 5-8-48.